

ATA N.º 23 – 2021/2025

Sessão Ordinária de dezembro

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Município, nesta cidade de Albergaria-a-Velha, reuniu a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, em sessão ordinária, sob a presidência do Senhor Presidente, Mário Rui de Almeida Branco, que declarou aberta a sessão pelas 21:10 horas. Considerando a impossibilidade de comparência da 1.ª Secretária, Sandra Margarida Pereira Marcelino, e do 2.º Secretário, Martinho Nuno de Jesus da Silva, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal designou, nos termos do n.º 5 do art.º 5 do Regimento desta Assembleia Municipal, a Membro Municipal Ana Carina Brandão Amaral para substituição da 1.ª Secretária e a Membro Municipal Carla Cristina Caetano Castro para substituição do 2.º Secretário, às quais agradeceu a disponibilidade e colaboração e que assumiram, de imediato, as respetivas funções. Estavam também presentes os seguintes Membros da Assembleia Municipal: do CDS-PP: Rui Manuel Pereira Marques, Arménio Henrique Oliveira Martins da Silva, Eva Catarina Nunes Pereira de Pinho Barreira Lemos, Tiago Alexandre Rodrigues Valente, Filipe Eduardo Sarabando Marques, Paulo Jorge Rodrigues Marques da Cruz, em substituição, Maria da Conceição Gomes Vieira, em substituição, e António Augusto Mendes de Lemos, em substituição; do PPD/PSD: Sara Fernanda Vinga da Quinta, Rui Pedro Figueiredo Marques, Ana Luísa Silva Souto, Luís Fernando Leal Duarte Oliveira, João Filipe Tavares de Almeida, Cristina Maria Pereira Faria Baixinha, em substituição, e Nélia Maria Martins de Almeida Oliveira, em substituição; do PS: Firmino Ruas Mendes. -----

Igualmente compareceram os representantes das Juntas de Freguesia: José Maria Leite Guimarães, representante da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, a quem foi verificada a identidade e legitimidade para o exercício de funções na Assembleia Municipal; Carla Sofia Santos Bernardino Abreu, representante da Junta de Freguesia de Alquerubim, a quem foi igualmente verificada a identidade e legitimidade para o exercício de funções na Assembleia Municipal; Hélder António de Almeida Brandão, Presidente da Junta de Freguesia de Angeja, José Carlos Estrela Coelho, Presidente da Junta de Freguesia da Branca, Henrique Daniel Silva Caetano, Presidente da Junta de Freguesia de Ribeira de Fráguas, e Ana Maria de Melo Bastos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos. -----

Pela Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente, António Augusto Amaral Loureiro e Santos, e os/as Senhores/as Vereadores/as Delfim dos Santos Bismarck Álvares Ferreira, Catarina Rosa Ferreira Soares Mendes, Sandra Isabel da Silva Melo Almeida e José António Nogueira Souto Amaro Pereira, do CDS-PP; Delfina Lisboa Martins da Cunha e Pedro Eduardo Trigo Araújo, do PPD/PSD. -----

Solicitaram substituição na presente sessão, nos termos do art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, os Membros Municipais efetivos Sandra Margarida Pereira Marcelino, Martinho Nuno de Jesus da Silva, Luís Serafim Baptista da Silva e Pedro Jorge Rebelo Tavares, do CDS-PP; Eduardo Nuno Alves de Castro e Pereira Marques e José Licínio Tavares Pimenta, do PPD/PSD, tendo todos os Membros Municipais sido substituídos pelos cidadãos disponíveis na ordem

das respetivas listas Comunicaram ainda substituição o Presidente da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Jorge Manuel Lemos Silva, e o Presidente da Junta de Freguesia de Alquerubim, António Oliveira Duarte, tendo sido substituídos pelos representantes acima indicados. ---- Estavam, pois, presentes, no início da sessão, vinte e cinco dos vinte e sete membros da Assembleia Municipal. -----

Faltaram justificadamente as Membros Municipais Cristina Margarida Rodrigues Sequeira (Membro efetiva) e Ana Maria Fernandes Carvalho (Membro suplente), ambas do CDS-PP. -----

Presidente da Assembleia Municipal – cumprimentou os presentes, saudando os Senhores Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, os Senhores Membros Municipais e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereadores, os colaboradores da autarquia, o público que acompanha a sessão presencialmente e à distância, bem como a Comunicação Social. -----

De imediato, deu início à análise dos assuntos agendados para a presente sessão, conforme Edital n.º 49/21-25, cuja Ordem do Dia se transcreve: -----

- A – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa -----
- B – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros -----
- C – 1.º Período de Intervenção aberto ao Público -----
- D – Período de Antes da Ordem do Dia -----
- E – Período da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de setembro, realizada em 27.09.2024 -----

Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Atividade Municipal” e “Situação Financeira do Município” -----

Ponto 3 – Apreciação e votação do Modelo de Estrutura Orgânica Nuclear do Município – 1ª Alteração -

Ponto 4 – Apreciação e votação do Regulamento da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais – 1ª Alteração -----

Ponto 5 – Apreciação e votação do: -----

5.1. Orçamento Municipal 2025 (Orçamento, Plano Plurianual Orçamental e Grandes Opções do Plano)

5.2. Mapa de Pessoal da Autarquia para 2025 -----

Ponto 6 – Apreciação e votação do projeto de alteração ao Regulamento Municipal e Tabela de Taxas, Preços e Licenças – Parte II, Capítulo IV – Cemitérios – Cemitério Municipal -----

Ponto 7 – Apreciação e votação do projeto de Regulamento Municipal de Acesso à Habitação Social do Município de Albergaria-a-Velha -----

Ponto 8 – Apreciação e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Albergaria-a-Velha no Diretor do Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha, a produzir efeitos de 01.01.2025 a 31.12.2025 -----

Ponto 9 – Apreciação e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Albergaria-a-Velha na Diretora do Agrupamento de Escolas da Branca, a produzir efeitos de 01.01.2025 a 31.12.2025 -----

Ponto 10 – Apreciação e votação da concessão de apoio financeiro de investimento, com carácter pontual e extraordinário, à Freguesia de Ribeira de Fráguas, destinado às obras de requalificação do edifício da Junta de Freguesia, no montante de 46.463,67€ -----

Ponto 11 – Apreciação e votação da emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), para o ano 2025 e delegação no Presidente da Câmara Municipal -----

Ponto 12 – Apreciação e votação dos critérios e designação do júri do procedimento concursal para provimento de Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau - Unidade de Projetos e Empreitadas (UPE) ----

Ponto 13 – Apreciação e votação dos critérios e designação do júri do procedimento concursal para provimento de Cargo de Direção Intermédia de 4.º Grau - Unidade de Gestão Urbanística (UGU) -----

Ponto 14 – Apreciação e votação dos critérios e designação do júri do procedimento concursal para provimento de Cargo de Direção Intermédia de 4.º Grau - Unidade de Planeamento, Ordenamento de Território e Reabilitação Urbana (UPOTRU) -----

Ponto 15 – Apreciação e votação dos critérios e designação do júri do procedimento concursal para provimento de Cargo de Direção Intermédia de 4.º Grau - Unidade de Obras Municipais, Equipamentos e Vias (UOMEV) -----

Ponto 16 – Apreciação e votação dos critérios e júri do procedimento concursal para provimento de Cargo de Direção Intermédia de 4.º Grau - Unidade de Mobilidade, Sustentabilidade e Eficiência Energética (UMSEE) -----

Ponto 17 – Apreciação e votação da atualização extraordinária do preço contratual e respetiva repartição de encargos plurianuais para o ano económico de 2024 do Contrato n.º 107/2022 - "Prestação de serviços de limpeza em várias instalações municipais" -----

Ponto 18 – Apreciação da listagem de compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), emitida pela Assembleia Municipal, em sessão ordinária de 30 de novembro de 2023 (ano de 2024), no período compreendido entre 21 de agosto e 13 de novembro de 2024 -----

Ponto 19 – Proposta de aprovação em minuta, para efeitos de imediata executividade, dos pontos 3 a 17 do Edital n.º 49/21-25, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação -----

F – 2.º Período da Intervenção aberta ao Público (limitado a questões constantes da Ordem do Dia) -----

A – EXPEDIENTE, ANÚNCIOS E INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA MESA -----

Presidente da Assembleia Municipal – deu conhecimento da correspondência recebida no período compreendido entre 28 de setembro e 13 de dezembro de 2024, nomeadamente: -----

Do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha: -----

- Fotocópias das atas das reuniões da Câmara Municipal n.ºs 19 a 25/2024. -----

- Convocatória para reunião ordinária pública do Conselho Municipal de Segurança Alargado de Albergaria-a-Velha, de 18.12.2024 -----

Das Assembleias Municipais de Oliveira do Bairro, Lagoa, Leiria e Marvão:-----

- Votos de Pesar, Louvor, Solidariedade, Agradecimento e de Reconhecimento endereçados ao Município de Albergaria-a-Velha e à sua população pelos trágicos incêndios que percorreram todo o território deste Concelho nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 2024. -----

Da Associação de Municípios do Carvoeiro – Vouga -----

– Fotocópia das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025 -----

B – APRESENTAÇÃO DE VOTOS DE CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO, PESAR OU OUTROS -----

Eva Nunes – CDS-PP – apresentou um Voto de Reconhecimento ao Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha, pela recente inauguração do Centro Tecnológico Especializado (CTE) de tipologia industrial, em funcionamento desde setembro, nas instalações concebidas para essa função pelo Município, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo I - fls. 1). -----

Presidente da Assembleia Municipal – colocado a votação e considerando que o Voto de Reconhecimento foi igualmente subscrito pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, com a abstenção do Membro Municipal Firmino Mendes, do Grupo Municipal do PS, declarou o mesmo aprovado, por maioria. -----

Sara Quinta – PPD/PSD – apresentou um Voto de Louvor à ARMAB – Associação Recreativa e Musical Amigos da Branca, pelos prémios conquistados no CIMALTEA – Certamen Internacional de Bandas de Música Vila d’Altea, que teve lugar na cidade de Altea, em Espanha, no passado dia 7 de dezembro, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo II - fls. 1). -----

Presidente da Assembleia Municipal – colocado a votação e considerando que o Voto de Louvor foi subscrito pelos demais Grupos Municipais do CDS-PP e do PS, declarou o mesmo aprovado, por unanimidade. -----

Eva Nunes – CDS-PP – apresentou um Voto de Congratulações à Palbit, S.A., pelo prestigiado Prémio de Setor Estratégico na 14.ª edição dos Prémios Exportação & Internacionalização, promovida pelo Novo Banco e pelo Jornal de Negócios, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo III - fls. 1). -----

Presidente da Assembleia Municipal – colocado a votação e considerando que o Voto de Congratulações foi igualmente subscrito pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, com a abstenção do Membro Municipal Firmino Mendes, do Grupo Municipal do PS, declarou o mesmo aprovado, por maioria. -----

Sara Quinta – PPD/PSD – apresentou um Voto de Felicitações pelo 20.º Aniversário da Geminção entre a Freguesia de São João de Loure e Frossos e a Vila d’Erstein e pela Renovação do Pacto de Amizade entre a Banda Velha União Sanjoanense e a Harmonie Municipale d’Erstein o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo IV - fls. 1). -----

Presidente da Assembleia Municipal – colocado a votação e considerando que o Voto de Felicitações foi subscrito pelos demais Grupos Municipais do CDS-PP e do PS, declarou o mesmo aprovado, por unanimidade. -----

Eva Nunes – CDS-PP – apresentou um Voto de Reconhecimento à Jobra, Grupo Ensemble de Jazz, da Art’J, pela atribuição do prémio Lurdes Júdice, na Festa do Jazz, para o Melhor Combo (alunos

Pedro Lobo, Luís Campos, Daniel Soares, João Tavares, Pedro Matos e Afonso Guiomar) e pela conquista da distinção como Melhor Instrumentista, por Pedro Lobo, baterista, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo V - fls. 1). -----

Presidente da Assembleia Municipal – colocado a votação e considerando que o Voto de Reconhecimento foi igualmente subscrito pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, com a abstenção do Membro Municipal Firmino Mendes, do Grupo Municipal do PS, declarou o mesmo aprovado, por maioria. -----

Eva Nunes – CDS-PP – apresentou um Voto de Reconhecimento ao Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha, pelo honroso prémio na categoria Melhor Design Gráfico atribuído ao jornal escolar Sinopse, no concurso nacional de jornais escolares promovido pelo Jornal Público “Público na Escola”, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo VI - fls. 1). -----

Presidente da Assembleia Municipal – colocado a votação e considerando que o Voto de Reconhecimento foi igualmente subscrito pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, com a abstenção do Membro Municipal Firmino Mendes, do Grupo Municipal do PS, declarou o mesmo aprovado, por maioria. -----

Eva Nunes – CDS-PP – apresentou um Voto de Reconhecimento ao Agrupamento de Escolas da Branca, pelo honroso 2.º lugar obtido no concurso promovido pelo Jornal Público “Público na Escola”, na categoria Melhor Jornal de Agrupamento com o prestigiado “Escrita Irrequieta”, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo VII - fls. 1). -----

Presidente da Assembleia Municipal – colocado a votação e considerando que o Voto de Reconhecimento foi subscrito pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, com a abstenção do Membro Municipal Firmino Mendes, do Grupo Municipal do PS, declarou o mesmo aprovado, por maioria. -----

Eva Nunes – CDS-PP – apresentou um Voto de Congratulações pela atribuição do prestigiado “Estatuto de PME Excelência 2023” a dezasseis empresas do Concelho, nomeadamente à: Agrofones – Sociedade Comercial de Produtos para a Agricultura, Lda.; Albicalor – Equipamentos para Energias Alternativas, Lda.; Almeida & Gomes – Metalomecânica, Lda.; Brankinox, Unip., Lda.; Casa Rola, Lda.; Catarina Maria Martins Oliveira, Unip, Lda.; Duravit – Comércio e Equipamento Industrial, Lda.; Grupel – Grupos Eletrogéneos, S.A.; Larus – Artigos para Construção e Equipamentos, Lda.; Madeibranca – Comércio de Derivados de Madeira, Lda. Marques, Silva & Pereira, Lda.; MetalFaj – Industria Metalúrgica, Lda.; Portopal – Madeiras e Derivados, S.A.; Transfialense, S.A.; Urbiplantec – Urbanizações e Terraplanagens, Lda.; Versão Adequada, Lda., congratulando ainda as quarenta e oito empresas do Concelho que foram distinguidas com o Estatuto PME Líder, atribuído anualmente às empresas que apresentam um desempenho superior, boa saúde financeira e estratégias de negócio sustentáveis. O Voto de Congratulações apresentado fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo VIII - fls. 2). -----

Presidente da Assembleia Municipal – colocado a votação e considerando que o Voto de Congratulações foi igualmente subscrito pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, com a abstenção do Membro Municipal Firmino Mendes, do Grupo Municipal do PS, declarou o mesmo aprovado, por maioria. -----

Firmino Mendes – PS – usou da palavra, apresentando uma declaração de voto, a qual fica anexa à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo IX - fls. 1). -----

C – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

Presidente da Assembleia Municipal – informou não haver inscrições para o 1.º período de intervenção aberto ao público, declarando aberto o Período Antes da Ordem do Dia. -----

D – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou inscrições para intervenção no Período Antes da Ordem do Dia. -----

Firmino Mendes – PS – usou da palavra, agradecendo a disponibilização do suporte para o microfone portátil que tanto solicitou, após o que elogiou o Sr. Presidente da Câmara Municipal pela realização, no passado dia 9 de dezembro, da Conferência “Os Fundos Europeus não são invisíveis: impacto no desenvolvimento da Região Centro”, promovida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro) no Cineteatro Alba, mencionando que só se pode defender bem aquilo que se conhece e que concorra para o enriquecimento pessoal. Disse ter aprendido bastante, entendendo ser importante existirem mais oportunidades para adquirir conhecimentos sobre as matérias, porquanto muita da informação apresentada no mencionado evento não será do conhecimento geral, concluindo que a sua participação foi uma mais-valia. Continuou a sua intervenção, referindo que, nos últimos quinze dias, sensivelmente, o país recebeu, pela comunicação social, um trabalho desenvolvido pela DECO sobre o preço da fatura da água. Não colocando em questão o custo do m³ da água, entende exagerado o valor das taxas respeitantes aos resíduos urbanos e ao saneamento, questionando o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre os motivos que colocam o Município em primeiro lugar no Distrito de Aveiro em matéria de custos do saneamento e dos resíduos urbanos. Mencionou depois que o Governo aprovou recentemente uma Lei dos Solos, solicitando a opinião do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a matéria, a qual irá, provavelmente, abranger competências municipais e que poderá eventualmente permitir, de certo modo, ter na mão do Presidente da Câmara Municipal a distribuição do solo, de uma forma eventualmente discricionária. Informou que participou ontem numa reunião com a Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha da qual saiu seriamente preocupado. Começou por referir o facto de não existirem lâmpadas nas luminárias no auditório do estabelecimento de ensino onde se realizou a reunião, o que lamentou. Continuou informando ter tomado conhecimento, na referida reunião, de que se verifica falta de segurança, que os autocarros estacionam fora do local, que se verificam assaltos a alunos perpetrados por outros mais velhos, que existem provocações constantes sobre os alunos mais novos, que a GNR confirma a existência de várias reclamações e que continuam a verificar-se problemas com as refeições, especialmente as que são servidas no segundo turno. Depois, informou ter tomado conhecimento da existência de um problema existente na Rua João de Pinho, na cidade de Albergaria-a-Velha, causado por um camião que partiu uma tampa e destruiu o passeio, questionando quando será resolvido o mesmo. Mais disse ter conhecimento que o técnico da proteção civil já visitou o local, mas até ao momento, o problema ainda não foi solucionado. Continuou referindo ter sido publicada no

jornal Diário de Aveiro uma notícia relativa à Linha do Vouga, que julga ser do conhecimento de todos pois é do interesse local, pelo que gostaria de saber o que pensa o Presidente da Câmara Municipal sobre o assunto. Mais disse ter também sido publicado na presente data o anuário financeiro das autarquias locais (2023), com o ranking das posições em que os vários municípios do Distrito de Aveiro se posicionam, designadamente: Santa Maria da Feira (1º lugar), Murtosa (2º lugar), Oliveira de Azeméis (3º lugar), Ílhavo (4º lugar), Estarreja (5º lugar), Arouca (6º lugar), Ovar (7.º lugar), Mealhada (8º lugar), e Vale de Cambra (9º lugar). Concluiu, dizendo que ao ler a informação, lembrou-se do Membro Municipal Luís Oliveira, que está sempre a reclamar por causa das condições financeiras da autarquia. -----

João Almeida – PPD/PSD – cumprimentou os presentes, indicando ter duas intervenções a apresentar, uma delas sobre a Linha do Vale do Vouga, salientando que desde o ano de 2022 que a bancada do PPD/PSD tem mostrado preocupação e interesse relativamente à requalificação desta linha e referindo ter chegado ao conhecimento da bancada que existe um estaleiro em Albergaria-a-Nova que serve de apoio ao trabalho da referida requalificação, tendo também a informação de que o troço Espinho-Oliveira de Azeméis estará concluído em 2025 e o troço Águeda-Aveiro em 2026. Sabendo que se estuda a possibilidade da linha do Vale do Vouga ser ligada à linha do Norte, com ligação em Espinho, solicitou esclarecimentos relativamente às seguintes questões: “1. qual a data de conclusão do troço Oliveira de Azeméis-Águeda?; 2. já estão definidas as passagens de nível das freguesias da Branca e de Albergaria-a-Velha que vão encerrar e qual será o critério?; 3. onde poderá a população do concelho de Albergaria-a-Velha apanhar o comboio para se deslocar para os concelhos vizinhos?; 4. não preocupa que, com estes avanços a acontecer à volta do município, Albergaria-a-Velha possa ficar, assim, para segundo plano, e perder a sua grande vantagem, que é a sua localização central?”. Referiu ainda que, na sequência dos incêndios ocorridos neste concelho, algumas estradas perderam a vegetação e árvores que existiam à sua volta, nomeadamente na estrada entre Albergaria-a-Velha e Valmaior que faz ligação com a Ribeira de Fráguas, havendo assim algumas zonas mais críticas, pois não têm qualquer proteção lateral, pelo que eventualmente seria oportuno pensar em algum tipo de proteção para aquelas zonas. -----

Presidente da Câmara Municipal – cumprimentando todos os presentes e os que acompanham a Sessão à distância, começou por esclarecer que, relativamente à fatura da água o preço da água e do saneamento é igual em todos os municípios, diferindo apenas o montante da taxa de resíduos, existindo, no contexto global, muitos municípios com taxas superiores às de Albergaria-a-Velha. Informou que a lei impõe que a taxa de recolha de resíduos deverá estar acima dos 90%, o que não se verifica neste município. Salientou que a autarquia foi uma das que criou atempadamente um conjunto de benefícios para as famílias, dando nota que o município tem uma taxa social que beneficia 1494 famílias, com a vantagem de apoiar as famílias numerosas, e que em 2025 haverá um grande avanço com a redução da fatura para quem faz compostagem, da qual já beneficiam atualmente 527 famílias. A redução de preço será, neste caso, de 2,29€ por mês, resultando num desconto anual de 27 euros. Por outro lado, existe a preocupação do município em trabalhar no grande desafio dos próximos anos, que é precisamente o trabalho com os bio-resíduos, têxteis e outros tipos de resíduos. Por isso, o município de Albergaria-a-Velha é um dos municípios que vai mais à frente, porque vai premiar bons

comportamentos. Bons comportamentos geram bons comportamentos e o município de Albergaria-a-Velha tem a vantagem de estar a criar esses bons comportamentos, que, na globalidade, vão beneficiar todos os albergarienses em termos de fatura. Em relação à questão dos solos, informou não ter ainda analisado a legislação referida, pelo que irá proceder a essa análise para responder em breve à questão colocada. Relativamente à proteção civil, informou que irá verificar em concreto o que está a acontecer em relação ao caso relatado e tomará as medidas indicadas a partir de amanhã, sábado. Em relação à linha do Vouga, agradeceu as perguntas colocadas pelos dois Membros Municipais, esclarecendo que houve um trabalho inicial no qual o município de Albergaria-a-Velha, numa primeira fase (quando a linha do Vouga foi extinta) defendeu um projeto para transformar a linha do Vouga nos Caminhos de Fátima, projeto que existiu e teria garantia de financiamento, entendendo que seria uma boa aposta criar um corredor de segurança para os milhares de peregrinos que anualmente fazem o percurso do Norte para Fátima. Este investimento esteve programado, com a preocupação de não abandonar a linha, acrescentando que sempre se defendeu o interesse para o município do troço de Albergaria-a-Velha - Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Espinho. Informou que se pretendia deslocalizar o apeadeiro para ficar mais perto da Jobra, sendo uma das propostas que o município e a Junta de Freguesia trabalharam, acrescentando ter sido elaborado um documento conjunto, onde se apresentou uma série de sugestões no âmbito das passagens que iriam ser eliminadas. Uma das medidas mais importantes visava aproximar o apeadeiro da Jobra, trazendo alunos de São João da Madeira e Oliveira de Azeméis para o estabelecimento de ensino. A outra proposta, na perspetiva do percurso Albergaria-a-Velha - Zona Industrial, preconizava que a paragem existente junto do Restaurante Teresinha fosse localizada para outro ponto, de modo a ter melhor acessibilidade à zona industrial. Em relação à linha Albergaria-a-Velha - Aveiro ou Albergaria-a-Velha - Águeda, tem-se consciência que é inviável, pois nunca será rentável, uma vez que se coloca a questão do elevado tempo de deslocação, com a passagem por Sernada, Macinhata e Águeda e tendo ainda em consideração a oferta existente na Central de Camionagem por Aveiro. Esta opção não faz sentido nem em termos de tempo nem em termos ambientais, representando um tempo de espera 3 a 4 vezes superior ao expectável. Já relativamente ao percurso de Albergaria para Norte e vice-versa, todos entenderão que o município ganharia imenso neste troço da linha do Vouga. Em relação à questão colocada e preocupações demonstradas relativamente aos incêndios, deu conhecimento que o município enviou ofícios para a Infraestruturas de Portugal, com referência, entre outras, à estrada mencionada pelo Membro Municipal João Almeida. Esclareceu tratar-se de uma estrada nacional e que o município enviou atempadamente ofício e documentou a sua preocupação, não só para esse efeito, que é visível, mas com outras patologias mais graves, que o município sinalizou, estando documentado precisamente para que a referida entidade tome as medidas necessárias. Esclareceu que a Infraestruturas de Portugal ainda não deu resposta à comunicação enviada, já tendo sido novamente reencaminhado o mencionado ofício e tomadas as diligências necessárias para que sejam efetuadas as devidas correções. No que respeita às questões relativas à Escola Secundária de Albergaria-a-Velha, informou que serão discutidas, mais à frente, considerando que se encontram agendados para a presente sessão pontos relativos à Escola Secundária de Albergaria-a-Velha e Escola EB 2,3 da

Branca, indicando que existe um trabalho de parceria com os Diretores dos Agrupamentos de Escolas, sendo um recurso através do qual a questão colocada poderá ser corrigida. -----

Firmino Mendes – PS – interveio, dizendo que na citada reunião, foi por ele referido, que seriam realizadas obras nas escolas. Mais disse que o assunto colocado na mencionada reunião, que contou com a presença da maior parte dos membros da Associação de Pais, é mais perigoso e causou uma preocupação significativa, especialmente no que respeita aos assaltos aos alunos, realizados por alunos mais velhos e confirmados pela GNR. Também foi mencionado que as refeições, principalmente as que são servidas no segundo turno, continuam fracas e frias, tal como já mencionado na última sessão de Assembleia Municipal, realizada na freguesia de Alquerubim. -----

Presidente da Câmara Municipal – informou que, no âmbito da Comissão Municipal de Segurança, o assunto tem sido discutido e o Membro Municipal Firmino Ruas tem conhecimento que algumas situações foram regularizadas, encontrando-se a ser corrigidas as questões relacionadas com a falta de segurança pelas entidades oficiais, que têm colaborado com a autarquia nesta matéria. Em relação às refeições, esclareceu que também se verificaram melhorias, dando conhecimento que a empresa em questão foi já multada pelo município, conforme deliberado e registado nas atas. Mais disse que será contratualizado um serviço para acompanhar esta matéria. Acrescentou que, para além do trabalho dos técnicos da autarquia neste âmbito, cujo esforço e dedicação reconheceu, a Câmara Municipal tem contado com a colaboração da Delegada de Saúde, existindo um trabalho em rede para aferir as anomalias que ocorrem, não só no serviço de refeições, mas também noutras áreas. Para reforçar essa equipa, deu-se início a um procedimento de contratação de técnico para acompanhar esta matéria no terreno. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – apresentou os seus cumprimentos. Informou ter ouvido com atenção os esclarecimentos prestados ao Membro Municipal Firmino Mendes, mas, não pondo em causa que é necessário deixar os resíduos sólidos, as diretivas comunitárias recomendam que quem deve pagar é quem produz, o que não é bem o que acontece no atual tarifário. Referiu o exemplo das IPSS, que dispõem das valências de Centro de Dia e Lar, têm de pagar a outros prestadores a recolha de lixo específico (óleos, fraldas, etc) e depois, decorrente dos consumos originados por banhos de higiene aos utentes, gastam água que é paga na fatura, associada ao saneamento e novamente a resíduos. Recordou que esta questão tinha sido já anteriormente referida por si e abordado pelo PSD em reunião do órgão executivo, entendendo que deveria ser objeto de análise, de forma a minimizar este aumento de custo brutal, designadamente às IPSS. Relembrou também que, no passado, disse já ao Senhor Presidente que outra forma de ajudar as IPSS, sem necessidade de transferência de verbas, seria no âmbito da CIRA, fazendo o mesmo que faz a Comunidade Intermunicipal do Porto, designadamente permitir que as IPSS que se quisessem associar o fizessem, por forma a adquirirem a energia a um preço bastante inferior ao de outras entidades, como se verifica com os municípios. Tendo em conta que o preço da energia continua a disparar, esta seria outra forma de apoiar ativamente as instituições, sem despender um cêntimo dos cofres municipais, concluindo não ser só pela via da receita que se pode intervir, podendo o apoio ser dado pela via da redução da despesa, quando é possível fazê-lo. Como o município, nesse aspeto, tem estado associado à CIRA e tem reduzido esse valor, esta seria, em sua opinião, uma forma de partilhar esse esforço. Relativamente à mobilidade e tendo em conta a

necessidade de esta ser cada vez mais verde e com menos carbono, lembrou que o troço da Linha do Vouga que liga Albergaria-a-Velha a Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Espinho não é importante apenas para os alunos da Jobra, mas também a muitos residentes em Albergaria-a-Velha que vão trabalhar para o Porto e que regressam, os quais têm de deslocar-se para Aveiro ou Cacia, para ter acesso ao comboio com destino ao Porto, quando poderiam ter acesso ao mesmo a partir de Albergaria-a-Velha. Concluiu a sua intervenção dizendo entender que se ganharia muito mais, não só com a deslocação para o Porto, mas também com a deslocação de pessoas do Porto para trabalhar em Albergaria-a-Velha, tratando-se de uma matéria que seria útil analisar. -----

Sara Quinta – PPD/PSD – acrescentou, relativamente à intervenção do Membro Municipal Firmino Mendes sobre a Escola Secundária, terem também já chegado ao Grupo Municipal do PSD as preocupações em relação à qualidade e à quantidade das refeições escolares, tendo igualmente sido partilhada em reunião de Câmara Municipal a preocupação em relação ao polivalente e respetiva luz, que é desligada antes da saída das crianças do estabelecimento de ensino para acesso ao autocarro. Referiu que esta situação se ficará a dever ao facto da funcionária sair do seu posto de trabalho por volta das 17h00. Tendo em conta que os autocarros chegam às 18h30, as crianças ficam às escuras até essa hora. Fazendo referência à época natalícia, manifestou a sua preocupação pelo facto de, mais uma vez, durante um período que deveria ser de celebração e de dinamização do concelho, transforma-se outra vez uma oportunidade perdida, o que tem acontecido ano após ano. Apesar de se anunciar “Lugar das Cores”, a realidade é que Albergaria-a-Velha está praticamente às escuras no Natal. Referiu que se verificam meia dúzia de luzes espalhadas pela cidade, nenhuma programação atrativa, sendo difícil falar em ponto de referência que possa trazer vida e visitantes ao município de Albergaria-a-Velha, não havendo nada que seja um ponto de atração. Enquanto isso, os concelhos vizinhos, como Águeda, Sever de Vouga, Estarreja, Aveiro, Ovar, entre outros, mostram que investir em eventos de Natal não é só uma questão de tradição, mas também uma estratégia inteligente para atrair turistas, apoiar o comércio local e reforçar o orgulho dos seus habitantes. Estes municípios têm feito um excelente trabalho ao criar programas diversificados, iluminações impressionantes e atividades que encantam tanto residentes como visitantes, sendo preocupante também que não se consiga competir com estes exemplos, nem exista quase nenhuma referência ao “Lugar das Cores” no site oficial da Câmara Municipal, a não ser o cartaz e nada mais. Mencionou ter procurado a programação e a última que verificou estar publicada no mencionado site foi a programação referente ao ano de 2019. Mais disse que este silêncio digital apenas reforça a falta de compromisso em fazer do Natal um momento especial para Albergaria, fazendo proveito de ações e iniciativas das Juntas de Freguesia e coletividades, que é o que consta do programa publicado na comunicação social. Acrescentou que se verificam iniciativas avulsas, sem ligação, isoladas, como os concertos realizados na Praça, verificando-se uma praça fria e vazia, tal como aconteceu na semana passada, esperando que não esteja a acontecer o mesmo, a esta hora e no mesmo local, onde estará a atuar o Grupo de Cantares de Santa Eulália. Questionou se isto é o melhor que se pode fazer e onde está a visão estratégica para transformar o Natal em Albergaria numa experiência que inspire e envolva. Mais disse que todos os anos tem vindo a decrescer, questionando como se pretende competir com municípios vizinhos se não

M
J.P.

há nada para atrair, sendo preciso um verdadeiro Lugar das Cores e não um slogan vazio que representa uma mão cheia de nada. -----

Presidente da Junta de Freguesia da Branca – apresentou os seus cumprimentos. No que respeita ao assunto das passagens de nível anteriormente abordado, particularmente da Freguesia da Branca, e no seguimento da intervenção do Presidente da Câmara Municipal, acrescentou que a intervenção que atualmente está a ser feita em nada se relaciona com o encerramento de passagens de nível. Esclareceu que o trabalho feito na Câmara Municipal, na Junta de Freguesia e também com a participação de uma equipa de trabalho de elementos da Assembleia de Freguesia da Branca, cujo assunto também foi discutido no mencionado órgão, permitiu encontrar forma de serem criadas alternativas às passagens de nível que vierem a ser fechadas, pelo que, na freguesia da Branca, nenhuma rua com passagem de nível ficará sem acessos e serão criadas alternativas em todas as passagens de nível que estarão previstas fechar. Esclareceu que a intervenção que está a decorrer visa apenas a estabilização da linha. Referiu que algumas passagens de nível serão, no entanto, encerradas, em consequência da lei que obriga que as passagens de nível tenham entre si uma distância superior a 700 metros, verificando-se atualmente a existência de algumas passagens de nível com menos de 200/150 metros de distância entre si, reforçando que serão criadas alternativas de acesso à passagem de nível mais próxima. -----

Nélia Oliveira – PPD/PSD – apresentou os seus cumprimentos. No seguimento da intervenção do Presidente da Junta da Freguesia da Branca, questionou se já existe algum estudo onde estejam identificadas quais as passagens de nível que serão encerradas. -----

Firmino Mendes - PS – informou que, no mês transato, foi assinado um contrato com a consultora VTM, a qual terá de apresentar até 2025 um estudo de procura, incluindo a análise do custo-benefício, para a linha do Vouga, visando estimar o tráfego de passageiros possível de ser captado pela ferrovia.

Presidente da Junta de Freguesia da Branca – esclareceu que foi já elaborado esse estudo pela Infraestruturas de Portugal, relativamente ao qual o grupo de trabalho respondeu e emitiu opinião. -----

Presidente da Câmara Municipal – esclareceu ao Membro Municipal Firmino Mendes não existir no Anuário qualquer indicador económico-financeiro negativo do município. Relativamente à intervenção do Membro Municipal Luís Oliveira, salientou que, para este município, a localização rentável será de Sul para Norte, em termos de localização da população de Albergaria-a-Velha, e também de Norte para Sul, para a Jobra e Zona Industrial. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – referiu que, por vezes, quando se analisam tendências, o foco está no presente e não se projeta o futuro. Disse que, pensando no futuro, ou se pretende fixar os talentos que aqui se formam, com cursos superiores, os quais têm de ter mobilidade para outros sítios, ou estes vão-se embora. Esta segunda opção é má para o sucessor do Presidente de Câmara Municipal, porque as pessoas deixam de pagar o IRS e de comprar casas em Albergaria-a-Velha, deslocando-se para o Porto, Lisboa, etc. Importa igualmente possibilitar a deslocação de quadros técnicos em contexto laboral para a Zona Industrial de Albergaria-a-Velha. É, no entanto, necessário que as pessoas se desloquem com alguma tranquilidade, mencionando que fazer um percurso de uma hora de carro é negativo em termos ambientais e não é agradável para as pessoas, que se saturam e depois compram

casa noutros sítios. Concluiu a sua intervenção, referindo ter abordado este assunto para haver uma outra visão, outra possibilidade do futuro, para deixar uma porta aberta para se poder progredir. -----

Presidente da Câmara Municipal – esclareceu que a pensar no futuro, já disse que a ligação de Sul para Norte é interessante para este município em todas as vertentes, profissionalmente e ao nível educativo, estando ambos de acordo. O percurso Sul-Norte é viável, assunto já falado com a Comissão, esclarecendo que essas tendências vão ser economicamente viáveis. O trajeto de Albergaria Centro para Sul não é viável, devido ao fator tempo, e é nessa perspetiva que este executivo tem trabalhado, pois antes de ter sido criada esta Comissão já havia uma entidade que estudava a viabilidade económica, motivo pelo qual existe a preocupação com a localização dos apeadeiros. Informou, no âmbito do investimento a realizar pela empresa TESTO, que vai iniciar a meio do próximo ano, que um dos motivos pelos quais foi possível a captação da empresa para Albergaria-a-Velha foi a centralidade, que é perceptível para um alemão. Esclareceu que a empresa integra mão-de-obra qualificada, nomeadamente de mais de 150 engenheiros. Mais disse que uma das formas de convencer os alemães a investir em Albergaria-a-Velha foi precisamente explicar-lhes que a 30 minutos tinham 800.000 pessoas. Lembrou que os problemas de falta de habitação e de mão-de-obra são iguais em todo este território, mas, em termos de acessibilidades, Albergaria-a-Velha consegue garantir uma boa localização e o grupo alemão percebeu isso. Este município tem usufruído desta vantagem, pelo que outros investimentos vão surgir precisamente pela excelente localização, tendo este executivo colocado a tónica precisamente na política de mobilidade e noutras respostas associadas. Em relação ao Natal, confirmou que poderia ter sido feito mais, não concordando, porém, com a Membro Municipal Sara Quinta relativamente à iluminação, que não considera ser mais pobre. Continuou dizendo que, ainda que pudesse existir mais massa crítica e outra dinâmica em termos de ofertas, no que se refere ao apoio ao comércio tradicional, não há muitos municípios, incluindo os que referenciou, a promover as campanhas de apoio que Albergaria-a-Velha tem em curso, que é o que mais preocupa este município, que fez e faz a diferença. -----

Sara Quinta – PPD/PSD – esclareceu que a crítica não é propriamente às luzes de Natal e não é propriamente de um adulto, é das crianças, entendendo ser unânime que é para as crianças que se iluminam as ruas, são criadas dinâmicas de atração, como os carrocéis, pais natais, etc. E são eles que fazem a crítica, constantes e têm vindo a ser somadas ao longo do tempo. Recordou o Presidente da Câmara Municipal que já se fizeram iniciativas interessantes, referindo a criação de um túnel com neve dentro do pavilhão municipal, entre outros exemplos, ainda que entenda que possa não ser funcional e que limitou o acesso às atividades desportivas. No entanto, as atividades não têm de ser realizadas em sítio fechado. Mais disse que os países nórdicos fazem Mercadinhos de Natal para os quais várias pessoas viajam para visitar e realizam-se ao ar livre. Salientou que no país não existe um tempo tão mau que não permita essa concretização, ao contrário daqueles países, onde há muito mais frio e as pessoas continuam a sair. Estas dinâmicas para atrair as pessoas, para viverem a cidade, criam-se e trabalham-se, mas em Albergaria-a-Velha aconteceu exatamente o contrário, tendo decrescido neste âmbito, porque essa dinâmica já existiu, por exemplo, no pavilhão municipal, já houve uma pista de gelo na Alameda 5 de Outubro e hoje não há lá nada a não ser uma barraquinha, que nem é uma expressão sua, mas sim de crianças. Quanto ao apoio ao comércio local, disse concordar que os

cheques-Prave funcionam muito bem e são uma boa iniciativa, que se assemelha a uma do Município de Águeda, julgando que os outros municípios provavelmente também terão iniciativas semelhantes, ainda que não tenha feito essa pesquisa, mas estas iniciativas são quase o mínimo que se pode fazer. Se não se conseguir trazer dinamismo, se não se consegue atrair, aquilo que poderia ser uma atividade incluída noutras e que seria muito mais procurada por mais pessoas (e sabendo que já esgotaram os cheques-Prave, porque a própria também consome no comércio local e sabe como é que funciona) acaba por ser pouco em comparação, porque ao olhar à volta verifica-se que quase todos os municípios têm uma Cidade Natal e Albergaria-a-Velha tem uma "casinha". Concluiu a sua intervenção referindo que este município tem de fazer mais e existem condições espetaculares para isso, com tudo feito, com Castelo incluído, sendo necessário aproveitar essas condições. -----

Firmino Mendes – PS – esclareceu não existir nas cláusulas especiais do contrato qualquer referência à forma de ligação da linha do Vouga à linha do Norte ou à alteração da bitola. -----

Arménio Silva – CDS-PP – cumprimentou os presentes. Apresentou uma reflexão no seguimento da entrada em funcionamento da Unidade de Saúde do Baixo-Vouga. Disse entender que, quando todos defendiam os postos médicos em cada uma das aldeias ou freguesias, estavam enganados, porque o futuro são estas unidades de saúde locais, que funcionam bem, como se verifica na Unidade de Saúde de Angeja, que consegue manter uma equipa que funciona muito bem. Todas as cores políticas defendiam os postos médicos, em cada uma das freguesias, mas estavam errados. O caminho é este, desde que haja uma rede estruturada de transportes para deslocação à unidade de saúde, felicitando este trabalho, porque o equipamento de saúde que foi para o Baixo-Vouga está bonito e aparentemente funcional, referindo que mesmo enquanto operou em contentores funcionou bem. Contudo, expressou a sua tristeza pela localização do equipamento, que entende não defender a centralidade do Baixo Vouga, julgando que o mesmo não se deveria localizar em Angeja (apresentando as suas desculpas ao Presidente da Junta e ao povo de Angeja), mas sim em São João de Loure, Frossos, ou mais próximo de Alquerubim. Apresentou, no entanto, os seus parabéns pela inauguração do equipamento, reiterando que é este o caminho, uma vez que esta centralidade resolve o problema das populações. -----

Presidente da Assembleia Municipal – não havendo mais intervenções, deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, dando início ao Período da Ordem do Dia. -----

E – PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO, REALIZADA EM 27.09.2024. -----

Presidente da Assembleia Municipal – informou que, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo “*não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita*”. Não havendo inscrições para intervir, colocou a votação o ponto 1. -----

Votação: Colocada a votação a ata da sessão ordinária de setembro de 2024, realizada em 27.09.2024, estando presentes vinte e cinco membros, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com dezoito votos a favor dos Membros Municipais presentes e com direito a voto. Não participaram na

votação da presente ata, por não terem estado presentes na reunião a que ela respeita, os Membros Municipais: Rui Manuel Pereira Marques, Maria da Conceição Gomes Vieira e António Augusto Mendes de Lemos, do CDS-PP; Rui Pedro Figueiredo Marques e Nélia Maria Martins de Almeida Oliveira, do PPD/PSD; José Maria Leite Guimarães, representante da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, e Carla Sofia Santos Bernardino Abreu, representante da Junta de Freguesia de Alquerubim.

PONTO 2 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A “ATIVIDADE MUNICIPAL” E “SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO” ----

Presidente da Assembleia Municipal – concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para eventuais esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara Municipal – informou estar disponível para prestar os esclarecimentos que vierem a ser solicitados. -----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou que fossem apresentadas as inscrições para intervenção no ponto em apreciação. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – usou da palavra, informando que a sua intervenção fixar-se-á na análise financeira do orçamento, o que está previsto e que foi previsto a 27.11.2024 para o ano de 2024, podendo as suas palavras ser decalcadas das suas anteriores intervenções. Olhando especificamente para a situação financeira que é presente e para a previsão desta situação financeira, recordou que a receita corrente prevista totaliza 21.610.354,00€, continuando a ser inferior à despesa corrente prevista, que é de 21.807.958,00€, verificando-se uma diferença que ronda os 200.000,00€, significando que só para cobrir as despesas diárias e operacionais, o município já enfrenta um défice significativo. Somando os valores previstos para a amortização de capital, no montante de 510.663,00€, a situação complica-se, passando esta diferença a rondar os 700.000,00€. Relativamente às vendas de bens de investimento, chamadas receitas de capital, verifica-se que a previsão em 27.11.2024 era de 1.026.763,00€, tendo sido realizados apenas 261.601,00€. Na sequência desta análise, que se verificou na reunião de Câmara Municipal de 05.12.2024, constatou-se que um conjunto de empresas já não iria realizar os seus investimentos de aquisição de terrenos na zona industrial do município. Ou seja, este objetivo de realização de capital tende a não se concretizar e com um grande desvio. A dúvida que fica é saber se, face a esta redução de receita de capital e para contrabalançar a despesa de capital prevista, será necessário contrair empréstimos suplementares, sendo estes números merecedores de atenção. Continuou dizendo entender ser necessário definir estratégias para equilibrar melhor as receitas e as despesas, de modo a garantir o futuro da estabilidade financeira do município. Relembrou que o orçamento de 2025, hoje em discussão, tem de se alicerçar sobre a evolução das contas municipais de 2024 e que, de uma forma rápida, são presentes nesta informação financeira de 27.11.2024, e que não auguram que se estabeleça um equilíbrio orçamental, pelo facto de os números da despesa corrente prevista serem superiores aos da despesa corrente, sendo ainda necessário somar o valor das amortizações. Citou a informação apresentada na página 9 do orçamento municipal: *“a instabilidade internacional, o aumento de preços motivado pela inflação e o aumento de custos em todos os setores, incluindo o aumento de salários, juntamente com a assunção de novas competências na área da educação e ação social e saúde, tendo incorporado mais uma centena de trabalhadores,*

edifícios e equipamentos a necessitar de intervenções urgentes e, transversalmente, os desafios ambientais e em matéria de sustentabilidade e ação climática, determinam uma necessidade de atuação e empenho na execução de acompanhamento e monitorização das estratégias municipais trabalhadas ao longo dos últimos anos”, mencionando entender que a mesma demonstra que o Sr. Presidente da Câmara Municipal reconhece a assertividade das suas intervenções. -----

Presidente da Câmara Municipal – informou que, na presente data, o orçamento das receitas totaliza 20.163.077,28€ e o orçamento da despesa totaliza 18.236.906,69€, demonstrando o equilíbrio das contas. Deu ainda conta que o Diário de Tesouraria totaliza 2.842.931,40€. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – referiu não poder falar sobre os números agora apresentados, uma vez que não os conhece, lembrando estar em análise uma informação financeira, cujos dados são apresentados pelo Presidente da Câmara Municipal. Acrescentou ficar na dúvida se nesses dados estão ou não incorporadas as receitas de anos anteriores, por forma a ser possível verificar-se o que se faz no ano. Comparou a situação à de alguém que tem uma receita corrente de 1.000,00€, uma despesa corrente de 1.020,00€ e ainda tem de pagar entre 30 a 50 euros de amortizações. Se houver outros rendimentos, contrabalança a situação resultando num saldo positivo. No entanto, o problema reside no desequilíbrio estrutural, sendo disso que se trata. Disse existir, no nosso país, a tendência de olhar só para o curto prazo, adiando os problemas, o que é muito negativo, uma vez que todas as decisões tomadas têm um custo para o futuro de todos, incluindo as gerações seguintes, não sendo correto deixar uma armadilha para o futuro. -----

Arménio Silva – CDS-PP – referiu que o Membro Municipal Luís Oliveira fala com base nos números que tem, verificando-se, no entanto, alguma confusão na sua intervenção, esclarecendo que não se pode confundir a amortização de capital com a amortização de imobilizado e que a amortização de capital consta no projeto financeiro. Por outro lado, não se pode também misturar a despesa corrente com as amortizações. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Disse não reconhecer a assertividade, esclarecendo que as regras são definidas na Lei das Finanças Locais, que obriga à inclusão das amortizações. -----

Arménio Silva – CDS-PP – disse entender a intervenção do Membro Municipal Luís Oliveira, reiterando que está, no entanto, a confundir amortizações com despesas correntes, quando refere “...quando se fala na despesa corrente, e a isto ainda falta juntar as amortizações...”, porque, de acordo com as regras, uma coisa não tem nada a ver com a outra, devendo ficar claro que as amortizações de capital não têm nada a ver com a despesa corrente e que a forma de contabilizar a amortização do imobilizado está bem documentada. Relembrou inclusivamente já se ter discutida esta questão em sessões deste órgão, podendo discutir-se a forma desta ser documentada e mesmo se deverá ou não realizar-se este tipo de amortização. -----

Presidente da Câmara Municipal – deu nota de que, para além do montante de 2.842.931,40€ já referido, existem verbas, no montante de 1.400.000,00€, disponibilizadas pelo Estado para a Unidade de Saúde de Angeja e que o município ainda não recebeu. Somando este montante, o saldo totalizaria aproximadamente 4.000.000,00€. -----

Eram cerca das 22:23 horas, ausentou-se do Salão Nobre a Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos, Ana Maria de Melo Bastos Silva. Estavam presentes, a partir do presente momento, vinte e quatro dos vinte e sete membros da Assembleia Municipal. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – referiu que não pretende discutir o assunto das amortizações com o Membro Municipal Arménio Silva, porque a matéria está regulada na Lei das Finanças Locais, declarando ainda entender que o que o Sr. Presidente da Câmara está a afirmar é que não aguarda pela entrada de receita corrente, mas sim por receita de capital, que irá contrabalançar, pelo que não serão contraidos empréstimos adicionais. -----

Presidente da Câmara Municipal – esclareceu não existir a necessidade de contração de empréstimos face à boa situação financeira do município, reiterando que, se, na presente data, o Estado já tivesse procedido à transferência das verbas referidas na sua intervenção anterior, a autarquia apresentaria um saldo de gerência de 4.200.000,00€. Disse ainda que o executivo investiu, não tanto nas freguesias, como pretendido pelos Sr.s Presidentes de Junta, mas apostou no investimento em projetos com financiamento, que são prioritários, nomeadamente nas áreas da saúde e da educação, apresentando um equilíbrio de contas sem necessidade de recorrer a empréstimos.-----

Presidente da Assembleia Municipal – não havendo mais inscrições para intervir, estando presentes vinte e quatro Membros Municipais, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Atividade Municipal e Situação Financeira do Município”.-----

O processo respeitante a este ponto fica arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 3 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA NUCLEAR DO MUNICÍPIO – 1ª ALTERAÇÃO -----

Presidente da Assembleia Municipal – concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, indicando estar disponível para esclarecer os Membros da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto em apreciação. -----

Sara Quinta – PPD/PSD – usou da palavra, indicando que nos pontos 3 e 4 da presente Ordem do Dia o Grupo Municipal do PPD/PSD irá abster-se, por considerar que estas são as opções do atual executivo e provavelmente este grupo tomaria diferentes opções. -----

Presidente da Assembleia Municipal – não havendo mais inscrições, colocou a votação o ponto 3. --

Votação: colocado a votação, estando presentes vinte e quatro dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor dos onze Membros Municipais do CDS-PP e dos representantes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca e Ribeira de Fráguas, e oito abstenções dos sete Membros Municipais do PPD/PSD e do Membro Municipal do PS, aprovar, nos termos do disposto no art.º 6º do

Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, a 1ª alteração ao Modelo de Estrutura Orgânica Nuclear do Município, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião extraordinária de 28 de novembro de 2024. -----

Encontrava-se ausente da Sessão, no momento da votação, a Membro Municipal Ana Maria de Melo Bastos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos, não tendo participado na votação do presente ponto. -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 4 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS – 1ª ALTERAÇÃO -----

Presidente da Assembleia Municipal – deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, indicando estar disponível para esclarecer os Membros da Assembleia Municipal.-----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto em apreciação. Não havendo inscrições, colocou a votação o ponto 4. -----

Votação: colocado a votação, estando presentes vinte e quatro dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor dos onze Membros Municipais do CDS-PP e dos representantes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca e Ribeira de Fráguas, e oito abstenções dos sete Membros Municipais do PPD/PSD e do Membro Municipal do PS, aprovar, nos termos do disposto nos art.ºs 6º e 7º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, e do disposto da alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a 1ª alteração ao Regulamento de Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião extraordinária de 28 de novembro de 2024. -----

Encontrava-se ausente da Sessão, no momento da votação, a Membro Municipal Ana Maria de Melo Bastos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos, não tendo participado na votação do presente ponto. -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 5 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO: -----

5.1. ORÇAMENTO MUNICIPAL 2025 (ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL ORÇAMENTAL E GRANDES OPÇÕES DO PLANO) -----

5.2. MAPA DE PESSOAL DA AUTARQUIA PARA 2025 -----

Presidente da Assembleia Municipal – informou que no presente ponto poderá haver lugar a uma apreciação conjunta dos subpontos 5.1. e 5.2., sendo a votação efetuada de forma separada, uma vez

que os subpontos são independentes. Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto 5.-----

Eram cerca das 22:28 horas, regressou ao Salão Nobre a Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos, Ana Maria de Melo Bastos Silva. Estavam presentes, a partir do presente momento, vinte e cinco dos vinte e sete membros da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Câmara Municipal – informou que, sendo o último orçamento a apresentar por este executivo, gostaria de falar sobre o mesmo. Começou por agradecer a todos os Membros da Assembleia Municipal pela discussão sempre rica, porque este é um dos documentos mais estratégicos para o desenvolvimento do município, tratando-se de política pura, de opções e, acima de tudo, de acolher e estar ao lado de quem mais necessita. Continuou lembrando que, há 11 anos, quando iniciou funções, um dos primeiros discursos que apresentou foi *“mais do que os buracos das estradas, o importante é apoiar as pessoas, valorizar as pessoas e estar ao lado das pessoas”*. Disse estar consciente da existência de buracos nas estradas, mas desde a primeira hora sempre disse que em primeiro estavam as pessoas e que o executivo municipal iria trabalhar para as pessoas. Esclareceu que este relatório diverge um pouco daquilo que se preconizava há 11 anos, por força de outras circunstâncias, mas não deixa de estar ao lado das pessoas. Acrescentou que o ano de 2025 será um ano extremamente exigente para todos: para o Executivo Municipal, para a Assembleia Municipal e para os Presidentes de Junta de Freguesia, em particular. O flagelo que ocorreu no Município de Albergaria-a-Velha em setembro não poderá deixar ninguém indiferente e vai exigir um grande esforço, um grande tempo e um acompanhamento, que está já a ser realizado com os recursos da Câmara Municipal, agradecendo o esforço e o empenho de todos os colaboradores do município. Disse ainda que mais do que criar um gabinete, é a Câmara Municipal na sua totalidade que tem apoiado e auxiliado as pessoas, dando nota que o município apoiou mais quatro centenas de pessoas, estando ao seu lado, não só ao nível das candidaturas, no apoio/esclarecimentos, mas também ao nível do apoio psicológico e de outros apoios. Agradeceu também a todos os Presidentes das Juntas de Freguesia pela colaboração e esforço que juntos estão a fazer, estando em causa mais de 300 processos validados no terreno. Referiu estarmos perante um orçamento exigente, com um quadro comunitário que está muito atrasado. Neste âmbito, esclareceu que, na sessão que a CCDR-C dinamizou na passada segunda-feira em Albergaria-a-Velha no âmbito dos fundos comunitários, referida pelo Membro Municipal Firmino Mendes, constatou-se que, de 4 em 4 anos, a demora no arranque do quadro comunitário é cada vez maior, tendo este município uma boa taxa de execução do PRR, razão pela qual referiu na sua intervenção anterior que se esperava que o Estado pagasse aquilo que o município já executou neste âmbito. Em termos de obras projetadas, este ano será muito exigente, pelo atraso do Quadro Comunitário e do Portugal 2030, porque estão em causa mais de 14 milhões de euros de investimento. Recordou que apenas no final de maio foi assinado o Quadro 2030 e os avisos começaram a sair depois desta data, tendo a Câmara Municipal prontos vários projetos de arquitetura e especialidades, elaborados pelos colaboradores da Câmara e outros que foram contratados fora da autarquia, os quais tiveram de ser alterados porque os avisos foram posteriormente emitidos com outras exigências, tratando-se de processos complexos, que implicaram desgaste de tempo e de energias. Continuou informando que, tendo em conta aquilo que todos testemunharam na passada

segunda-feira e o tardio arranque do Quadro Comunitário, este será um Quadro extremamente exigente para os anos de 2025 e de 2026. Em termos de habitação, assunto que foi discutido diversas vezes nesta Assembleia Municipal, deu conhecimento que a autarquia procedeu atempadamente à elaboração da Estratégia Municipal da Habitação, encontrando-se em curso duas empreitadas, designadamente a requalificação das casas do Bairro das Lameirinhas e do Bairro situado do lado da Santa Casa da Misericórdia. A construção de 19 novas habitações será abrangida por um terceiro concurso, que terá o seu início entre janeiro e fevereiro. Existe ainda um quarto concurso, já aberto, mas, face às contingências referidas, decidiu-se avançar com a obra apenas se houver lugar à aprovação do financiamento, ficando o início da mesma condicionado à aprovação da candidatura pelo Governo. Mais esclareceu que, no caso da candidatura ser aprovada, será também requalificado o bairro existente junto da Associação Humanitária Mão Amiga, um vez que o trabalho da Câmara Municipal já se encontra feito, com os projetos, incluindo arquitetura e a candidatura já elaborados. Ainda no âmbito da habitação, a autarquia está a trabalhar noutras habitações, podendo ser apresentadas outras candidaturas. No âmbito da Educação, sobre a estratégia da Educação e Carta Educativa, sempre se disse nesta Assembleia Municipal que se iria crescer e atempadamente se afirmou que, com o desenvolvimento da zona industrial, iriam ser necessárias mais salas de aula. Muita gente criticou a estratégia deste executivo municipal, mas esta veio a dar resultados. Referiu que também a alteração do PDM, o cadastro da zona industrial, a aquisição dos terrenos e respetivo alargamento da zona industrial, permitiu fixar novas empresas e contribuiu efetivamente para o aumento do número de alunos do parque escolar nos últimos quatro anos. Não estando ainda a falar do crescimento previsto para os anos de 2025 e 2026, com a abertura da empresa TESTO, que empregará 500 colaboradores, informou que na Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior serão necessárias mais três salas de Jardim-de-infância para o ano letivo 2025/2026 contribuindo aqui, em 25 a 30%, os imigrantes, que são bem recebidos neste município. Ainda no âmbito da educação, informou o Estado ainda deve ao município o montante de 44.000,00€ respeitante à 1ª fase da obra de requalificação da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha, esclarecendo que a 2ª fase da obra respeita às oficinas. Neste momento, o município lançou um concurso para requalificação do Jardim de Infância de Albergaria-a-Velha, será ainda lançado um concurso para o Jardim de Infância e Escola das Laginhas e no primeiro trimestre do próximo ano será também lançada a concurso a requalificação do Jardim Escola do Centro Educativo de Alquerubim e Angeja. Pela necessidade referida no início, avançará ainda a construção modular das três salas do Jardim de Infância de Albergaria-a-Velha, salientando a necessidade de construir novamente escolas, a começar pelos Jardins de Infância. Em relação ao Parque da Cidade esclareceu que, no âmbito do Pacto 2020, apenas em maio foi contratualizado com o Governo, garantindo-se o financiamento de 1.360.000,00€, estando inscritos no orçamento municipal, há um ano, 320.000,00€ para pagamento de indemnizações de expropriações a três proprietários, cujos processos se iniciarão em janeiro, sendo necessários apenas estes três terrenos para finalizar e concretizar o Parque, cujo projeto e respetivas especialidades estão já aprovados. Em relação à centralidade das freguesias, foram ouvidos os Presidentes das Juntas de Freguesia, pese embora não tivesse sido possível dar mais apoios, referindo que estes se atrasaram um pouco, face aos atrasos no pagamento por parte do Governo. Deu nota de existir já um

compromisso com a Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, nomeadamente na envolvente à Capela do Sobreiro; na Freguesia da Branca, encontra-se planeado o Parque da Vila, para o qual será ainda este ano efetuada mais uma aquisição; em Angeja, avançar-se-á com a realização da obra localizada atrás da Igreja Matriz, tendo já sido adquirido o terreno que a autarquia tentava adquirir há 30 anos para a construção e requalificação daquele espaço. Em São João de Loure existe um projeto extremamente ambicioso, envolvendo não só a requalificação, numa primeira fase, da envolvente à Junta de Freguesia, mas também a construção do parque infantil e o melhoramento das condições existentes à volta da Junta de freguesia e toda a envolvente da Quinta do Agro, incluindo a pista de motocross e o bar, projeto pelo qual a Presidente da Junta de Freguesia tem lutado. Na Ribeira de Fráguas, prevê-se o alargamento do parque junto da Igreja e, numa segunda fase, as obras incidirão em Telhadela, junto à Capela Santa Ana. Em Alquerubim, prevê-se a requalificação junto ao Parque de Paus e da Capela Santa Marta. Informou que estas foram as obras mais exigidas pelos Presidentes das Juntas de Freguesia, acrescentando que o presente documento contempla ainda, na Freguesia de Angeja, o campo junto ao pavilhão. O que é estratégico e de maior exigência das Juntas de Freguesia foi acautelado. Na área da saúde, o Membro Municipal Arménio Silva já falou da Unidade de Saúde de Angeja, existindo novidades para apresentar em breve, mas que dependerão de um conjunto de fatores. Em termos da estratégia do Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico, designadamente em matéria de Comércio e dos Bairros Digitais, Albergaria-a-Velha foi um dos noventa municípios cujas candidaturas foram aprovadas. Será realizado neste âmbito um investimento superior a 600.000,00€, que será aplicado na dinamização do comércio tradicional. Nesta primeira fase, será abrangido o centro de Albergaria-a-Velha, mas o projeto foi desenhado para abranger todas as freguesias numa fase posterior, estando a respetiva plataforma elaborada de forma a ser utilizada e projetada em todas as freguesias. Para além do comércio local, preconiza-se, com esta plataforma, potenciar a divulgação de todos os eventos realizados pelas coletividades, associações, freguesias e Câmara Municipal, sendo a arte de bem receber uma das qualidades deste município. No âmbito da Estratégia Municipal da Sustentabilidade e do Plano Municipal da Ação Climática, referiu o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, que incluiu a Freguesia da Branca, projeto que vai gastar bastante energia e que vai permitir a candidatura a vários fundos comunitários. Relativamente ao projeto bio resíduos, informou que dois dias antes, na Mealhada, a Associação Zero referenciou Albergaria-a-Velha como boa referência na área dos bio resíduos e da compostagem, pretendendo-se que cada vez mais se fale de Albergaria-a-Velha pelos melhores motivos. Deu ainda nota que a mobilidade continuará a aumentar, que o CROA aumentará as respostas no âmbito do bem-estar animal, e que, no âmbito da eficiência energética terminar-se-á o ano de 2025 com 99,9% de iluminação pública com recurso a leds, sendo a eletricidade uma das poucas rubricas onde se diminuiu drasticamente a fatura, revolucionando-se completamente o custo da fatura elétrica do nosso município, tanto a nível da iluminação pública como dos equipamentos em geral. Na área desportiva e cultural, informou terem já sido adquiridos alguns terrenos destinados ao grande projeto do complexo desportivo, pelo que a obra será iniciada, sendo apreciada brevemente em reunião da Câmara Municipal. Em relação ao Plano Municipal de Juventude, existe uma grande aposta do executivo em melhorar e intensificar a participação dos jovens, para que sejam cada vez mais participativos nas decisões do município.

Concluiu a sua intervenção referindo que o próximo ano representará um grande projeto e desafio, considerando que os fundos comunitários negociados por este município, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência e Quadro 2030 totalizam o montante de 14 milhões de euros, a que acresce um valor superior a 4,5 milhões de euros no âmbito das requalificações previstas na sequência dos incêndios que ocorreram no município, totalizando o montante global de 19 milhões de euros, tratando-se de um quadro que exigirá muito de todos. -----

Eram cerca das 22:41 horas, ausentou-se do Salão Nobre o Membro Municipal João Filipe Tavares de Almeida, do PPD/PSD. Estavam presentes, a partir do presente momento, vinte e quatro dos vinte e sete membros da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou inscrições para intervir no ponto em apreciação. -----

Firmino Mendes – PS – informou que o seu Grupo Municipal optou por discutir cada ponto do orçamento municipal ao abrigo do Estatuto do Direito da Oposição, tendo decorrido uma conversa superior a duas horas de duração com o executivo, na qual foram colocadas as questões que se entenderam necessárias para tomar uma decisão. Esclareceu ter lido atentamente, ao Notícias do Centro, o que depreende ter sido uma entrevista dada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal ao referido órgão de comunicação social e que vem na linha daquilo que foi explicado na reunião realizada ao abrigo do Estatuto do Direito da Oposição. Mais disse entender que o orçamento municipal para 2025 vem na linha dos orçamentos anteriores e na mencionada reunião tiveram a oportunidade de debater e dar um enfoque em áreas que consideram de grande relevância, como sendo a educação, a saúde, as infraestruturas, a habitação e o ambiente. Embora possam encontrar no documento alguma abrangência, indicou ser entendimento do grupo municipal do PS que o mesmo deveria visar ainda mais o desenvolvimento económico e o bem-estar social. Mais disse que este Grupo Municipal deu ainda mais enfoque ao caso das refeições escolares, assunto anteriormente exposto, que lhes foi transmitido através das queixas apresentadas pelos pais na reunião da Associação de Pais já referida. No que concerne à saúde, o Membro Municipal Arménio Silva relevou a importância da Unidade de Saúde Local. Em suma, o orçamento para 2025 é uma proposta que resulta do modelo económico do partido que sustenta esta maioria. Lembrou que o Presidente da Câmara Municipal referiu que este será o último orçamento do presente executivo a votar nesta Assembleia Municipal, esperando que para o ano alguns dos atuais Membros Municipais ainda aqui estejam presentes. Considerando a informação transmitida na mencionada reunião, que durou mais de duas horas, deu conhecimento que o Partido Socialista abster-se-á neste ponto. -----

Eram cerca das 22:48 horas, regressou ao Salão Nobre o Membro Municipal João Filipe Tavares de Almeida, do PPD/PSD, pelo que as deliberações que se seguem contaram com a sua participação e votação. Estavam presentes, a partir do presente momento, vinte e cinco dos vinte e sete membros da Assembleia Municipal. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – destacou que os orçamentos dão corpo às opções políticas que se querem implementar e, no caso em apreço, as opções que estão traduzidas e que o Presidente teve o cuidado de elencar, bem como a forma como as querem implementar, são as do executivo municipal em funções. Sobre a fiabilidade dos números que estão inscritos neste orçamento, deu o exemplo da despesa corrente na rubrica de aquisição de bens e serviços e, mais uma vez, reportando-se à

informação financeira de 27 de novembro, referiu que se prevê que a despesa total prevista para aquisição de bens e serviços, para a totalidade 2024, é de aproximadamente 10.589.665,00€, valor superior ao projetado no orçamento inicial para o ano 2024, que era somente de 9.746.432,00€. Ou seja, o orçamento que o Presidente apresentou em 2024 tinha um valor inferior nesta rubrica, verificando-se um aumento de 843.233,00€, que representa um aumento de 8,65% relativamente ao que tinha projetado no orçamento para 2024. -----

Eram cerca das 22:50 horas, ausentou-se do Salão Nobre o Membro Municipal Firmino Ruas Mendes, do PS. Estavam presentes, a partir do presente momento, vinte e quatro dos vinte e sete membros da Assembleia Municipal. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – continuou a sua intervenção, dizendo que, surpreendentemente, o valor previsto neste orçamento de 2025, na mesma rubrica, é de 10.255.704,00€, ou seja, um valor mais baixo daquele que consta na informação financeira de 27 de novembro para o ano 2024, em - 333.901,00€, um valor inferior, em 3,26%, que se inscreve para 2025, em relação ao que pensou gastar em 2024. Disse entender que este valor e esta redução carece de fiabilidade, independentemente da possibilidade de poupar, não sendo estas poupanças para o ano 2025 tão efetivas e serão engolidas pelos aumentos de outros serviços. Deu como nota positiva o facto de o Presidente da Câmara Municipal ter referido ter sido possível poupar em iluminação led, o que considerou um bom trabalho, que também foi feito pela CIRA, para ter acesso a energia mais barata, clarificando não ser um salto do ano de 2024 para 2025, pois este decorre ao longo dos anos e bem. Mais disse que não se poderá esquecer a situação macroeconómica, que não prevê inflação negativa, bem pelo contrário, sendo a conjuntura internacional muito preocupante e a economia nacional extremamente sensível a estímulos exteriores. -----

Eram cerca das 22:52 horas, ausentou-se do Salão Nobre o Presidente da Junta de Freguesia da Branca, José Carlos Estrela Coelho. Pela mesma hora, regressou ao Salão Nobre o Membro Municipal Firmino Ruas Mendes, do PS, pelo que as deliberações que se seguem contaram com a sua participação e votação. Estavam presentes, a partir do presente momento, vinte e quatro dos vinte e sete membros da Assembleia Municipal. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – continuou a sua intervenção, dizendo que não valerá a pena falar do problema que está a acontecer na França, Alemanha e em Espanha, que poderá não se repercutir no ano 2025, mas em 2026 poderá causar problemas graves. Indicou que todo este cenário faz com que não acredite na fiabilidade do número inscrito no orçamento 2025 e o Presidente da Câmara Municipal reforça esta convicção quando cita “*a instabilidade internacional, o aumento de preços motivado pela inflação, e aumento de custos em todos os setores, incluindo o aumento de salários*”, mas este aumento de salários não é tido para esta rubrica. Relativamente ao saldo global, que é a diferença entre a receita efetiva, menos a despesa efetiva, para o ano 2025, é negativo em 641.627,00€. Ou seja, está previsto gastar mais 641.627,00€ do que aquilo que se cobrará em 2025, representando mau sinal, que não é de agora, já que no orçamento 2024 estava previsto para o ano de 2024 um saldo global negativo de 1.387.337,00€, continuando negativo em anos consecutivos, que é um mau sinal. Acrescentou que poder-se-á alegar que no plano quinquenal está previsto um valor positivo para o saldo global do ano 2026, mas o historial não o confirma. O plano quinquenal do orçamento de 2024 já

previa um saldo global positivo em 2025 de 190.000,00€, mas é agora presente, para 2025, um valor de -641.607,00€, ou seja, verifica-se um desvio de 831.000,00€, para pior. Terminou a sua intervenção, manifestando mais uma vez as suas reservas relativamente a este documento. -----

Eram cerca das 22:53 horas, regressou ao Salão Nobre o Presidente da Junta de Freguesia da Branca, José Carlos Estrela Coelho, pelo que as deliberações que se seguem contaram com a sua participação e votação. Estavam presentes, a partir do presente momento, vinte e cinco dos vinte e sete membros da Assembleia Municipal. -----

Arménio Silva – CDS-PP – referiu, em relação ao orçamento para 2025, que este é, de facto, o maior orçamento do município de Albergaria-a-Velha, no valor de 42.500.000,00€, que exige uma gestão muito criteriosa, não só financeira, mas também de todos os recursos, incluindo equipamentos e recursos humanos. Deu nota de não existirem no município três empresas com um valor acima de 40 milhões, pelo que todos deverão estar solidários, de alguma forma, com a exigência deste exercício, parabenizando o executivo pelo facto e também por muitas das obras que vão ser cofinanciadas. Recordou que, quando o Presidente da Câmara Municipal se candidatou, há onze anos, disse que primeiro estavam as pessoas e que iria ter um mandato relativamente diferenciado dos anteriores, concordando que o foi, inclusivamente pela sua postura e forma de ser, que é caracterizada por uma certa sensibilidade. Reiterando que este orçamento será o mais arrojado dos últimos anos, e sendo o último deste executivo a ser discutido e votado, manifestou a sua tristeza quanto à coesão territorial, por entender que o mesmo não defende a coesão territorial do município. Esclareceu que a sua intervenção não é uma crítica, mas uma análise da realidade do município. Disse ter sido suficiente analisar o discurso do Presidente da Câmara Municipal na apresentação do orçamento, onde se verificou que cerca de 80 a 85% do tempo foi utilizado para apresentação de todas as obras que vão ser estruturantes para o município de Albergaria-a-Velha, tendo dado, depois, uma pequenina ronda pelas freguesias na parte final dessa apresentação, com um pequeno interlúdio, pelo meio, quanto ao Jardim de infância de Angeja e de Alquerubim. Dito isto, colocou uma dúvida relativamente à freguesia de São João de Loure, onde reside, mas que também se verifica nas freguesias ribeirinhas e a norte do concelho: constatando-se neste orçamento a existência, de muitas rubricas abertas com 1.000,00€, questionou sobre o passeio que faz a ligação de São João de Loure a Horta, cujo projeto o Sr. Presidente se havia comprometido, na última Assembleia da CIRA, que seria apresentado e que, com a transição do Saldo de Gerência para as contas de Aveiro, o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro se havia comprometido a executar, uma vez que é um dos projetos que se encontra dotada apenas com 1.000,00€. Mais disse ter verificado que também as rubricas associadas à ligação da Rua da Pedreira, requalificação da Junta de Freguesia, execução do arruamento do Vale da Mulher ou Vale da Cana, pista de motocross, entre outras rubricas, estão igualmente abertas com 1.000,00€, esperando que, com a incorporação do Saldo de Gerência de 2024, se realizem as obras identificadas nas mencionadas rubricas ou, pelo menos, sejam colocadas em curso, pois se tal não se verificar, quer para a Freguesia de São João de Loure e Frossos, quer para as outras freguesias, este próximo orçamento estará dotado de 14 milhões de investimento ou 19 milhões de investimento, encontrando-se inscritas para a freguesia de São João de Loure e Frossos 500.000,00€, sendo que 400.000,00€ respeitam à requalificação projetada para a zona envolvente à Junta de Freguesia. No âmbito deste

projeto, apresentou os seus parabéns ao executivo municipal pelo facto de terem sido analisadas algumas situações que não estariam salvaguardadas, tendo procedido a uma avaliação conjunta com a Junta de Freguesia no local, para melhorar o projeto. Tendo conhecimento que esta postura salutar ocorre em todos os projetos, fez votos que se mantenha no futuro. No entanto, em relação a esta requalificação, inscrita no montante de cerca de 400.000,00€, indicou que se trata de uma súmula três anos, pois este projeto já devia ter sido feito há um, dois ou três anos. Referiu ser do conhecimento geral que o projeto demora um ano para ser lançado a concurso, não havendo também trabalhadores para laborar nas empresas, fatores que adiam a construção das obras, mas este projeto já devia ter sido executado há mais tempo. Mais disse esperar pela abertura da extensão da pista ciclável de Frossos a São João de Loure, a qual está inscrita no orçamento municipal com 400.000,00€, dos quais 300.000,00€ estão integrados no ano de 2026, esperando que a obra tenha o seu início, para que tenha seguimento no próximo executivo. Esclareceu que as suas dúvidas são também relativamente a outras freguesias, pois também se verifica a existência de rubricas abertas com 1.000,00€. Em relação à área da saúde, deu nota que a USF de Angeja está a funcionar bem, as pessoas não se queixam propriamente do transporte, solicitando esclarecimentos, no âmbito do orçamento, sobre a valência da empresa de transportes públicos *BusWay* relativamente ao transporte das pessoas para a Unidade de Saúde de Angeja, não percebendo como este é entroncado com o autocarro e deslocações da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, referindo ser importante a existência de pessoas que analisem o orçamento em profundidade, como o Membro Municipal Luís Oliveira, salientando, no entanto, que as contas no final do ano têm correspondido de forma certa. Informou que aquilo que o Membro Municipal Luís Oliveira está a dizer é verdade, mas, felizmente, existe um conjunto de projetos no ano em curso que refletem despesa, destacando os projetos Bairros Digitais, Projeto Radar, entre outros, os quais são desenvolvidos com recurso a financiamento e que no corrente ano reportam a despesa. Manifestou o seu agradecimento a todos os colaboradores da Câmara Municipal. Relembrou que a descentralização de competências implicou o aumento do trabalho e das obrigações e, em 2023, dos 361 colaboradores, incorporando aqui a área da educação, de acordo com a informação do balanço social, entraram 24 e saíram 28 colaboradores e, no ano de 2024, entraram 26 colaboradores e saíram 30. Ou seja, com mais competências, a trabalhar mais, com mais responsabilidades, verificou-se uma redução de efetivos, pelo que apresentou o seu reconhecimento e elogio aos colaboradores da Câmara Municipal, que têm estado à altura das respostas, encontrando-se a trabalhar e a produzir mais, num ano que está a ser extremamente complexo. Confirmou verificar-se um aumento salarial de 500.000,00€, mas que deveria ser muito superior, pois os funcionários autárquicos não recebem aquilo que deveriam receber, não existindo justiça social em termos salariais entre funcionários públicos. Deu conhecimento da demanda que atualmente se verifica por parte da Autoridade Tributária, que é transversal a todo o Estado, que tem levado a que muitos trabalhadores das autarquias se mobilizem para aquela entidade, porque a remuneração é superior, recebendo ainda bónus suplementares. Verifica-se assim uma concorrência do próprio Estado, que considera inadmissível, ao recrutar trabalhadores que se encontram integrados nas autarquias locais e noutros organismos do Estado, numa altura em que as competências e o volume de trabalho das autarquias aumentaram, enquanto os

colaboradores da Câmara Municipal continuam a trabalhar cada vez mais, a fazer mais, a dar mais respostas, com menos recursos humanos. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – referiu ser positivo que as contas tenham batido certas, tal como o Presidente da Câmara Municipal o disse, mas indicou que hoje está a ser discutido o orçamento, documento que analisou e, como é natural e sendo da oposição, tenta verificar as fragilidades do mesmo. Mais disse ter tido o cuidado de analisar uma única rubrica, nas despesas correntes, e o Senhor Presidente fez referência aos salários dos funcionários. Relembrou não ter falado dos gastos com pessoal, rubrica que excluiu da sua análise. Esclarecendo que a análise que apresentou incidiu sobre outra rubrica que também tem um peso enorme, superior à dos salários, mantendo na íntegra a referida análise. Fazendo referência à intervenção do Membro Municipal Arménio Silva, discurso que também ele próprio já teve no passado, talvez de uma outra forma, mais agreste, afirmou que, sinteticamente, aquilo que foi dito foi que se verifica um arrastamento de obras em orçamentos sucessivos. Mais disse que, pessoalmente, não acredita no avanço da obra referente à execução dos passeios a realizar entre São João de Loure e Horta, a qual é necessária, e que o Membro Municipal Arménio Silva anda a perseguir, não crendo que a Câmara Municipal de Aveiro avance com a mesma. Na prática, esta evidência que o Membro Municipal Arménio Silva apresentou, sem querer, faz com que os orçamentos sejam mais amigos do que a realidade executada. Quando o Presidente da Câmara Municipal se referia à falta de recebimento de 40.000,00€ por parte do Estado para as obras executadas na Escola Secundária, relembrou que, no âmbito do programa de financiamento PIDAC (era Primeiro-Ministro António Guterres), a Associação de Alquerubim deveria ter recebido as verbas na sua totalidade no ano de 2000, mas receberam apenas em 2008/2009, e recebeu quase metade do valor, sendo esta demora na transferência de fundos habitual por parte do Estado Central. -----

Arménio Silva – CDS-PP – fazendo referência à falta de resposta, pelo Presidente da Câmara Municipal, relativamente à execução de obras em São João de Loure e Frossos, que só responde se assim o entender, questionou se está decidido incorporar verbas do saldo de gerência a transitar de 2024 para 2025, para execução dessas obras, respeitantes tanto a São João de Loure como a outras freguesias. Mais disse concordar com o membro Municipal Luís Oliveira relativamente à obra a realizar entre São João de Loure e Horta, razão pela qual intervém sobre o assunto em todas as Assembleias da CIRA, há vários anos, acrescentando que o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro disse, conforme registado em ata da CIRA, estar comprometido com o Senhor Presidente da Câmara de Albergaria-a-Velha, que faz o projeto, pagando a Câmara Municipal de Aveiro a obra, a executar ainda durante o seu mandato, esclarecendo que acredita que o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro é uma pessoa de boa-fé e cumprirá a promessa. Esclareceu ainda que aquela situação se deve a um erro, informando que quando esteve em funções na Junta de Freguesia, no passado, foi apresentada uma candidatura para recuperação daquelas pontes, mas, com a entrada de um novo executivo liderado pelo Eng.º Adalberto Póvoa, este entendeu por bem não requalificar as pontes, mas proceder à construção de novas, nas quais teriam com certeza sido previstas a execução de passeios e que por qualquer motivo não foram executados, o que não tem lógica nenhuma, pressupondo que terá ocorrido uma falha. Mais disse que o referido terreno está no limbo, pois nem é da Câmara Municipal de Aveiro

nem é da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, esperando que, com bom senso se consiga resolver o problema. -----

Presidente da Câmara Municipal – reforçou aquilo que disse em intervenção anterior, lembrando que há um conjunto de despesas relacionado com projetos. Esclareceu o Membro Municipal Arménio Silva que, previamente à incorporação do saldo de gerência, algumas obras irão avançar, e é também preciso perceber que existem muitas contas abertas por causa dos fundos comunitários, pois se tais rubricas não estiverem abertas seria mais difícil apresentar as respetivas candidaturas. Deu conhecimento que existe também uma particularidade no orçamento municipal destes últimos anos, nos quais se deixaram, do lado das famílias, 12 milhões de euros, devido à baixa carga fiscal. -----

Eram cerca das 23:19 horas, ausentou-se do Salão Nobre o Membro Municipal Arménio Henrique Oliveira Martins da Silva, do CDS-PP, e o Vereador da Câmara Municipal, Pedro Eduardo Trigo Araújo, do PPD/PSD. Estavam presentes, a partir do presente momento, vinte e quatro dos vinte e sete membros da Assembleia Municipal. -----

Sara Quinta – PPD/PSD – usou da palavra, referindo ter ouvido com atenção a intervenção do Sr. Presidente da Câmara relativamente ao orçamento municipal para 2025. Mais disse que analisou também com atenção toda a documentação que lhes foi disponibilizada, quer no âmbito do Estatuto do Direito à Oposição, quer a que foi disponibilizada para a presente sessão de Assembleia Municipal. Tendo exercido o direito ao abrigo do Estatuto do Direito da Oposição, informou que a sua impressão é a mesma que teve na altura. Uma vez que o presente Orçamento, para 2025, em apreciação, será o último apresentado pelo atual executivo, tal como o disse o Presidente da Câmara Municipal, e que está agora em discussão, indicou que deverá ser alvo de uma análise um pouco diferente. Tendo deixado a discussão dos números para quem domina os números e, utilizando as palavras do Presidente do Câmara Municipal, discutindo-se agora aquilo que é política. Referiu, clarificando a intervenção que fará em seguida, todos saberem que o Presidente não vai estar à frente dos destinos da autarquia no próximo ano e que quando se estiver a discutir o orçamento para 2026 não será com o atual Presidente da Câmara. Acrescentou entender que o orçamento que este executivo aqui apresenta não é para executar, o que vai ao encontro das intervenções que aqui se registaram, precisamente pelos Membros Municipais Luís Oliveira e Arménio Silva, sendo este documento uma carta de intenções, claramente, quem sabe até mesmo um manifesto eleitoral, de algum dos Vereadores aqui presentes, mas de intenções apressadas e de promessas vazias, que é aquilo que lhe parece, e que culminam e sublinham a falta de concretização ao longo dos últimos onze anos. -----

Entram cerca das 23h24, regressaram ao Salão Nobre o Vereador da Câmara Municipal, Pedro Eduardo Trigo Araújo, do PPD/PSD, e o Membro Municipal Arménio Henrique Oliveira Martins da Silva, do CDS-PP, pelo que as deliberações que se seguem contaram com a sua participação e votação. Estavam presentes, a partir do presente momento, vinte e cinco dos vinte e sete membros da Assembleia Municipal. -----

Sara Quinta – PPD/PSD – continuou a sua intervenção, afirmando ser necessário olhar para além destas palavras bonitas e de tudo aquilo que estava a referir, que se pretende fazer e que já se fez, as situações positivas que se descreve, mas, na realidade, é necessário questionar a real capacidade de execução destas propostas num período tão curto apresentando-se no orçamento, para quase 9

meses, aquilo que não foi feito em onze anos. Esclareceu que isto é o que se percebe, questionando se estará a interpretar bem esta situação, dizendo que até as palavras do Membro Municipal Arménio Silva foram apresentadas neste sentido. Confirmou que o orçamento é realmente promissor, mas fazer em nove meses aquilo que não se fez em onze anos parece-lhe um bocadinho redutor e quase impossível de concretizar. Essencialmente, entende que este orçamento é um reflexo da pressa eleitoral, a tentar realizar em nove meses o não o foi em onze anos, sendo a imagem clara de incapacidade de concretização, falta de vontade, falta de estratégia deste executivo, que tem sido o que o Grupo Municipal do PPD/PSD tem criticado ao longo deste tempo, enquanto oposição. Acrescentou que Albergaria-a-Velha não é um município de referência, ao contrário daquilo que se menciona no documento do orçamento. Mais disse que, quando ouve esta frase e, às vezes, quando ouve aquilo que descreve no concelho de Albergaria, daquilo que possui, do que se vive, muitas vezes usa a expressão "eu não devo viver no mesmo sítio", por sentir exatamente o contrário. Disse sentir que Albergaria-a-Velha pouco ou nada ganhou nos últimos onze anos. Acrescentou que este município perdeu dinamismo, competitividade e atração, estando mais vazio e um pouco à deriva, particularmente se comparado com os municípios vizinhos. Mencionou que Albergaria-a-Velha precisa de mais e utilizando a expressão do Presidente do Câmara Municipal, "as pessoas de Albergaria-a-Velha também precisam de mais", merecendo uma visão pensada no futuro, em que os novos arruamentos da zona industrial já possuam infraestruturas, ciclovias e vias de ligação ao centro da cidade. Tendo assistido à apresentação do projeto E-Moba, onde se faz referência que a ciclovia será ligada à zona industrial, foi, no entanto, aberto um arruamento novo na zona industrial que não tem essa ciclovia pensada. Continuou referindo que Albergaria merece que os novos arruamentos sejam abertos, estruturados e finalizados. Deu o exemplo da Avenida Dona Teresa, que, daquilo que entendeu da reunião realizada no âmbito do Estatuto do Direito da Oposição, não será objeto de qualquer intervenção. Mencionou ainda que é preciso que se priorize, de facto, a qualidade de vida, com a criação de espaço verde, com todo o dinamismo para a cidade, que atraia residentes e visitantes, que se implemente uma política de estratégia desportiva que valorize Albergaria-a-Velha, aquilo que ainda não foi feito, áreas onde Albergaria continua a perder. É preciso que se aposte em eventos que promovam Albergaria-a-Velha como destino atrativo, desde a época natalícia, como referiu há pouco a festivais culturais e desportivos ao longo do ano. Disse que o evento Albergaria ConVida contou com a participação de menos pessoas no ano em curso, tendo perdido visitantes para os municípios vizinhos e, constantemente se perde, em termos de competição, para os municípios vizinhos. Indicou ser necessário uma visão projetada para o futuro e, às vezes, aquilo que Albergaria-a-Velha tem, depois de espremido não se verifica, sendo esta a opinião deste grupo municipal, durante estes anos. Mais disse ser necessário executar, de forma realista e responsável, as promessas relacionadas com acessibilidades, entre e dentro das freguesias, ciclovias e ações climáticas. Esclareceu ser esta a Albergaria que defendem, que tem de deixar de ser adiada ano após ano, orçamento após orçamento. Referiu que aquilo que se verificou, após análise dos orçamentos, aquando do exercício do direito de oposição, foi que as várias obras passam de orçamento em orçamento, e muitas das obras que aparecem novamente neste orçamento municipal também já tinham sido inscritas noutros orçamentos, inclusive algumas obras agora referidas pelo Sr. Presidente da Câmara na apresentação do orçamento. Acrescentou ainda que 2025 será um ano muito importante

para o futuro de Albergaria-a-Velha, será também um ano de eleições, mas é também o momento para se escolher entre continuar a adiar soluções ou apostar num futuro mais ambicioso, mais dinâmico e inclusivo para este concelho. Concluiu, indicando que, da parte deste Grupo Municipal, tudo farão para conseguir o que ora foi mencionado para Albergaria-a-Velha. -----

Arménio Silva – CDS-PP – relativamente à intervenção da Membro Municipal Sara Quinta, mencionou que, por vezes, se confundem as coisas, esclarecendo que Albergaria-a-Velha não perdeu competitividade, estando, pelo contrário, o município mais competitivo, pese embora concordasse que poderia estar mais. Também não perdeu qualidade de vida, fazendo referência à Unidade de Saúde de Angeja que, pese embora na sua opinião não esteja bem localizada, vai trazer muita qualidade de vida às pessoas, que já proporciona mesmo a funcionar em unidades modulares. Acrescentou ainda que, sendo diretor de uma instituição, tal como muitos dos membros desta Assembleia Municipal, tem conhecimento que existe, neste momento, uma estruturação em rede no município, entre todas as associações, que contribui para eliminar a exclusão social e o isolamento, proporcionando mais qualidade de vida. Pese embora este se relacione com o trabalho do associativismo, também é o resultado daquilo que o Presidente da Câmara Municipal falou, “primeiro as pessoas”, tendo havido um estímulo, sendo que todos os presentes são responsáveis e têm a sua quota-parte, pois foi feito um grande trabalho e todos devem estar solidários com esta matéria. Por fim, disse entender que o grande problema de Albergaria-a-Velha não é nenhum dos mencionados, porque cada uma dá o seu cunho político, mas sim a ausência de construtores para realizar os trabalhos de construção neste município, pois eles estão a construir nas cidades que estão mais pujantes, como é o caso de Aveiro ou Ílhavo, onde efetivamente ganham mais dinheiro. Albergaria-a-Velha ainda não conseguiu atrair a indústria da construção, assunto que também referiu na última Assembleia da CIRA. Informou ser verdade que estão a tentar reconstruir, e muito bem, já existindo uma parte significativa da verba orçamental dedicada à recuperação de casas e bairros, mas não chega, sendo necessária iniciativa privada. Disse entender que este é um desafio para o próximo executivo, para o próximo ano, e para os executivos seguintes, julgando ser este o maior problema de Albergaria-a-Velha, neste momento, dificultando tanto a construção de custos intermédios ou custos controlados como a construção de mais alto nível para os quadros superiores que se vão instalar nas unidades que surgirão em Albergaria-a-Velha, bem como nas que já existem e que estão em crescimento. -----

Firmino Mendes – PS – no seguimento da intervenção do Membro Municipal Arménio Silva referiu existir um motivo para que os construtores não invistam em Albergaria, que é necessário conhecer, para perceber se a Câmara pode resolver esse problema com terrenos que compre e ceda a construtores a baixo custo, entendendo que tem a ver com os lucros obtidos, que serão muito superiores em Aveiro, por exemplo, problema que se verifica em vários concelhos e não apenas em Albergaria-a-Velha, sendo maior nos municípios do interior, com exceção das grandes cidades. Referiu que este problema está relacionado com a passagem do solo rústico a urbano, que, a concretizar-se de uma maneira séria e honesta, poderá conduzir ao aumento da construção, uma vez que o maior custo desta é o terreno. -----

Eva Nunes – CDS-PP – usou da palavra, questionando porque razão é o Concelho de Albergaria-a-Velha, em dezanove concelhos, o sétimo do Distrito de Aveiro com mais PME's de excelência.

Esclareceu que uma coisa são as opções políticas e cada um segue a sua, mas dizer-se aqui que Albergaria-a-Velha não evoluiu, que tem uma péssima qualidade de vida, que não se fez nada nestes últimos onze anos, é tapar o sol com a peneira. Saliu que estes números estão à vista, tal como os Membros Municipais Firmino Mendes e Sara Quinta e todos os que estiveram presentes na conferência realizada no Cineteatro aquando da apresentação das taxas de execução dos programas, puderam verificar que cada vez mais os programas atrasam no início da sua execução, o que faz com que a sua execução, pela Câmara Municipal, também atrase. Mais disse que não é à toa, e de acordo com a informação dada há pouco pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, que a Câmara Municipal tem a receber do Estado mais de 1 ou 2 milhões de euros, porque avança com a execução dos seus programas, sem ter verbas para o efeito, que deveriam ser patrocinadas pelo Estado, ao abrigo dos programas e que não são transferidas atempadamente, mas o executivo avançou e é uma opção política. Concluiu, dando nota de que se até hoje o executivo tivesse optado por construir um centro de saúde novo, não haveria nenhum, e desta forma existe um equipamento requalificado, porque alguém teve a coragem de o fazer. -----

Firmino Mendes – PS – voltou a referir que só se pode defender bem aquilo que conhecemos e que concorra para o enriquecimento pessoal, e foi aquilo que foi aprender na conferência realizada no Cineteatro alba, realçando que nunca falado sobre as matérias referidas na intervenção da Membro Municipal Eva Nunes, mas apenas sobre as razões de não existir construção no município, assunto levantado pelo Membro Municipal Arménio Silva. -----

Rui Marques – CDS-PP – usou da palavra informando que, nos quarenta e um anos durante os quais exerceu, ininterruptamente, as funções de autarca, verifica este tipo de discussão repetida de quatro em quatro anos - fim do mandato e, algumas vezes, também no fim de ciclo. Integrando-se esta discussão num fim de ciclo, considerou interessante ouvir que se quer fazer à pressa no último ano aquilo que não fez em quatro anos, afirmações que se vão repetindo nos fins de ciclo. Disse não ver motivo, no entanto, para acusar o atual Presidente de querer fazer num ano o que não fez em onze anos, porque não tem hipótese de ser candidato. Referiu que a presente discussão se debruça também sobre os documentos, entendendo que o documento mais importante é o Plano de Atividades e não o Orçamento. Neste âmbito, felicitou o Presidente porque desde que está presente nesta Assembleia, foi a primeira vez que o ouviu apresentar antecipadamente os documentos de uma forma que todos os percebessem, atuação que já lhe tinha sugerido. Mais disse que a discussão recai sempre para Albergaria-a-Velha, o que é, o que é que foi, o que poderia ser, os "ses," e agora a discussão recai na questão da construção. Neste âmbito, deu nota que, em Albergaria-a-Velha, o maior volume de construção terá ocorrido nos seus quatro mandatos, mas não houve nenhuma varinha mágica, nem para si nem para os executivos a que presidiu, tendo sido consequência das circunstâncias e também da sorte. No entanto, quando se decidiu investir fortemente na zona industrial (lembrando que só existia uma rua, que era a mais pequena da zona industrial, onde se deu o grande investimento) sabia-se que, durante muito tempo seria o setor terciário a imperar em Albergaria-a-Velha. E o setor terciário, que são os funcionários das empresas, não têm a capacidade financeira da sociedade de Aveiro, de Águeda, ou de Oliveira de Azeméis e, portanto, teria de haver aqui um esquema concorrencial durante gerações e é o que está a suceder. Esclareceu ser importante realçar que na altura houve a sorte de existirem

peessoas que, com todos os seus defeitos, eram Albergarienses de gema e que decidiram investir no concelho. Recordou, neste âmbito, o Sr. Parente, o Sr. Carvalho, o Sr. Lutero, pessoas que eram de Albergaria, decidiram investir e correr os seus riscos, pelo que Albergaria-a-Velha lhes deve muito. Mais disse que essas pessoas, na época, vieram da Venezuela, do Brasil, dos Estados Unidos da América para investir neste concelho. A construção vem muito daí, vem de pessoas que arriscam, que gostam da terra e vem de condições que foram criadas. Na altura, também é bom lembrar que durante uma determinada época a administração central dificultou o investimento aos proprietários e aos construtores. Esclareceu que pretende, com a sua intervenção, salientar que não é só a autarquia que é responsável por estas dinâmicas, tendo esta um papel importante no ordenamento do território, no planeamento, na facilidade com que determinadas pessoas podem ver os seus terrenos urbanizáveis, mas o problema é muito mais complexo. Disse ainda ficar satisfeito por verificar, ao fim destes anos, que Albergaria-a-Velha melhorou muito, pois quem se lembra do que era Albergaria-a-Velha consegue constatar as diferenças que se verificam atualmente em todos os setores, seja no setor social, na saúde, na educação, na segurança, nas rodovias e em todos os setores, onde se verificou uma melhoria significativa, que o deixa feliz e para o qual deu um pequeno contributo, tal como todos deveriam dar. Estando em fim de ciclo, e falando de política, informou que, quando assumiu pela primeira vez as funções de Presidente de Câmara Municipal, respeitou na íntegra todos os compromissos e todos os projetos definidos pelas Câmaras antecessoras, tendo sido com muita mágoa que verificou, quando terminou o seu mandato, que não sucedeu o mesmo consigo. Tendo conhecimento que o atual Presidente respeitou o que vinha do mandato anterior, fez votos que quem lhe suceda respeite todos os compromissos que a Câmara Municipal assumiu, porque aquilo que está a ser aprovado é o plano de atividades, e o orçamento é uma coisa de circunstância, são contas, é uma adaptação das receitas do município àquilo que se pretende fazer. Os documentos importantes são, conforme já referiu várias vezes neste Órgão, por um lado, em novembro ou dezembro, o Plano de Atividades e, por outro, a apreciação do seu cumprimento no relatório de atividades e na conta final. O Presidente teve oportunidade de elencar um conjunto de investimentos, que não é dinheiro gasto, mas sim investido e aplicado, pelos quais felicita todo o executivo, fazendo votos para que tudo siga exatamente na mesma senda que vem seguindo há quarenta anos. -----

Sara Quinta – PPD/PSD – informou ter ouvido todas as intervenções, pedindo que ficasse claro não ter dito que a qualidade de vida em Albergaria-a-Velha era péssima, mas sim que poderia ser melhor e que, na sua opinião, tem vindo a decrescer, e ainda há pouco o Presidente da Câmara Municipal admitiu que em relação ao evento do Natal, Lugar das Cores, tem vindo a decrescer, e nota-se nos eventos que são realizados, pela quantidade de pessoas que aparecem, pelo facto de não haver nenhuma atratividade para as pessoas permanecerem em Albergaria-a-Velha ao fim de semana. Esclareceu que escolheu Albergaria-a-Velha para viver, é filha de Albergaria-a-Velha, nasceu e vive aqui ao lado, investe e continua a investir em Albergaria-a-Velha, como é do conhecimento de todos, integra ainda associações, fazendo o seu papel. Mais disse que a Câmara Municipal tem aqui um papel de extrema importância, sendo o elemento dinamizador do concelho, que deve atrair e eventualmente colmatar estas dificuldades de atração da construção, de construtores, até porque se se pensar um bocadinho nesta situação da construção, e tendo em conta a posição estratégica que Albergaria-a-

Velha possui em termos geográficos, que o Presidente faz sempre questão de frisar, e que efetivamente é verdade, este concelho poderá, de facto, ser uma alternativa às pessoas que, neste momento, residem em Aveiro. Deu o exemplo de vários colegas advogados que trabalham em Aveiro e que optaram por morar nas Gafanhas porque o investimento imobiliário em Aveiro está proibitivo, podendo desta forma o Município de Albergaria-a-Velha ser uma alternativa, mesmo que se critique que possa não passar de um dormitório, mas poderá ser um dormitório com qualidade, com parques infantis, com atração, mais dinâmico, com atividades que fazem as pessoas permanecer em Albergaria-a-Velha, em vez de chegarem ao fim de semana e, para ter alguma coisa diferente daquilo que é o dia-a-dia, terem de sair do concelho. Esclareceu ser neste sentido que refere assistir-se à perda de qualidade, integrando esta Assembleia Municipal por defender e acreditar que Albergaria-a-Velha efetivamente tem bastante potencial merecendo, em seu entender, mais do que aquilo que foi e tem sido feito nos últimos onze anos, parecendo-lhe claro que todas as intervenções aqui apresentadas foram unânimes relativamente à necessidade de dinamizar o município.-----

Arménio Silva – CDS-PP – referiu concordar com a Membro Municipal Sara Quinta, quando refere perda de competitividade do município, porque o município pode estar a crescer, mas mesmo assim perder vantagens em relação a outros municípios. No entanto, perder qualidade de vida tem outro significado, não concordando que se esteja a verificar perda de qualidade de vida no município. Mais disse que, tal como referido pelo Membro Municipal Rui Marques, hoje todos gostariam de ter mais, mas é indiscutível que, em comparação com o passado, se verifica o aumento da qualidade de vida. Recordou nomeadamente a forma como as pessoas idosas viviam há 30 anos, que não se compara com a atual, tendo-se ganho qualidade de vida nas escolas, na saúde, nos apoios aos seniores, tratando-se de um ganho de competitividade, pelo qual felicitou este executivo, que disse ao que vinha desde o primeiro minuto, designadamente que a prioridade seriam as pessoas, considerando ser injusto afirmar que se perdeu qualidade de vida, pese embora se gostasse de ter mais, que é um belo desafio.-----

Eram cerca das 23:42 horas, ausentou-se do Salão Nobre o Presidente da Câmara Municipal António Augusto Amaral Loureiro e Santos, do CDS-PP. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – referiu entender não ser correto fazer comparações entre aquilo que aconteceu há 30 anos e aquilo que é a atualidade. Mais disse que toda a gente sabe que nessa época não havia problemas com as reformas, pois havia muitos filhos, e os pais aos 40/45 anos já se encontravam reformados e faleciam aos 57 a 60 anos. Atualmente estão presentes neste Órgão Local sexagenários e septuagenários, todos de boa saúde. Mais disse reconhecer que todos os Presidentes do Município de Albergaria-a-Velha terão sempre como orientação fazer o que consideram melhor para o município, não querendo dizer que o façam, mas pensam fazer. Como tudo na vida, quem analisa tem a sua visão, que nem sempre será coincidente com a visão dos outros, o que é natural, porque as pessoas têm orientações políticas e visões diferentes para os mesmos problemas. No entanto, indicou haver uma coisa que todos deverão compreender, pois todos devem aportar àquilo que receberam e reconhecer o trabalho que todos os outros fizeram, sendo injusto fazer algumas insinuações. Esclareceu que o que a sua colega da bancada quis dizer foi que o município poderá estar a crescer, mas menos do que a média, estando a perder competitividade em relação aos outros, não querendo

dizer que não seja mais competitivo do que estaria no início, mas que perdeu, comparativamente ao passado, competitividade relativamente aos outros, devendo ser discutidas, neste âmbito, as razões e a forma de inverter este cenário. -----

Eram cerca das 23:44 horas, regressou ao Salão Nobre o Presidente da Câmara Municipal António Augusto Amaral Loureiro e Santos, do CDS-PP. -----

Arménio Silva – CDS-PP – esclareceu não ter feito qualquer insinuação, referindo já ter dito concordar com o Membro Municipal Luís Oliveira no que respeita ao assunto da competitividade, não podendo, no entanto, concordar que se perdeu qualidade de vida, aceitando perfeitamente a opinião da bancada do PPD/PSD, mas não poderá deixar passar em claro determinadas coisas. Mencionou que todos sabem, todos vivem em Albergaria ou nos seus arredores, que hoje Albergaria tem um contributo em cima dos contributos dos anteriores presidentes, sem dúvida, e que todos concordam e subscrevem, reiterando que Albergaria-a-Velha está melhor, que se gostaria que estivesse ainda melhor. -----

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, dando conhecimento que, em termos de oferta cultural, Albergaria-a-Velha nunca houve tanta oferta como atualmente, dando o exemplo dos eventos “Dos modos nascem as coisas”, “Festival Romano”, “Live in J”, “Carnaval”, “Festival do Pão”, entre outros eventos nas várias freguesias, salientando que nunca houve tanta oferta, nem tão diversificada como a atualmente existente, lembrando que se realiza mensalmente uma atividade âncora, que envolve todas as freguesias. Esclareceu ter-se procedido a uma descentralização, proporcionando uma oferta transversal a todas as sensibilidades. Mencionou que o evento do Carnaval tem a duração de 4 dias, recordando que em Albergaria-a-Velha não se realizava este evento, e que o evento “dos modos nascem as coisas” tem uma duração superior a dois dias. Fez ainda referência ao espetáculo “Live in J”, um evento incrível e das melhores coisas que se fazem em Albergaria-a-Velha, com recurso à “prata da casa”, o “Festival Romano”, o “Festival do Pão”, o “AgroFest”, entre outros eventos realizados nas freguesias da Branca, Ribeira de Fráguas, Albergaria-a-Velha e nas restantes freguesias, verificando-se que os vários eventos existentes estão felizmente descentralizados e distribuídos por todas as freguesias, ao contrário de outros municípios que centralizam tudo na sede de concelho. Em relação à Avenida Dona Teresa, esclareceu que este é um dos primeiros projetos, já elaborado e a ser lançado. Agradeceu à Membro Municipal Eva Nunes ter refletido novamente sobre o assunto do quadro comunitário, esclarecendo não ser sua pretensão querer fazer tudo agora, pretendendo sim lançar as obras, porque estão sujeitas a financiamento. Relembrou que o Pacto apenas foi assinado no mês de maio e os avisos de candidatura apenas foram publicados após essa data, estando o PRR atrasado. Reiterou que, no âmbito do PRR, o Município de Albergaria-a-Velha tem a receber verbas pela existência de investimentos, não se verificando falta de estratégia. Referiu que o poderão acusar de fazer mal, pois não faz tudo bem, mas não poderão acusar o Município de Albergaria-a-Velha de não ter estratégia ou atuação. Em relação à estratégia da habitação, que foi discutida nesta Assembleia Municipal, indicou haver estratégia, a qual permitiu obter o financiamento de 4 milhões de euros. No âmbito da educação, se não houvesse estratégia e se não houvesse uma Carta Educativa, não teria sido realizado o investimento que foi feito e o que ainda se realizará. Disse que o executivo sabe de onde veio, para onde pretende ir e o que vai ter, existindo uma estratégia que permitiu realizar investimentos. Recordou que, quando o executivo pretendeu requalificar a Escola da Avenida, honras

sejam feitas à Sra. Vereadora Catarina Mendes, levantaram-se problemas nesta Assembleia Municipal, pois ninguém esteve do lado do executivo municipal, acusando-o de ser irrealista, verificando-se, no entanto, que estava correto na estratégia que definiu e inclusivamente que o investimento realizado não foi suficiente, sendo necessário construir uma nova escola. Sobre a estratégia municipal de sustentabilidade, informou que esta está elaborada, questionando quantos quilómetros de ciclovias e quantos PR existiam aquando da entrada em funções do atual executivo, questionando se há ou não estratégia e obra. Relativamente ao Plano Municipal de Ação Climática, questionou quantos municípios têm o plano aprovado no país, neste momento, trabalho que vai permitir ter acesso a fundos comunitários, esclarecendo que há uma estratégia e um plano, estando tudo quantificado. Sobre as linhas de água, esclareceu que Albergaria-a-Velha é dos poucos municípios que tratou das linhas de água e que sabe o que quer das mesmas, confirmando-se igualmente existir estratégia. No âmbito da mobilidade, informou que vai ser aprovado o Plano Municipal de Mobilidade Suave, que vai também ter financiamento, o qual já deveria ter sido elaborado, esclarecendo que o primeiro projeto foi executado com os recursos da Câmara Municipal, mas será elaborado agora um outro estruturado, com recurso a financiamento. Mas já existe financiamento e uma estratégia, sabe-se o que se quer e de que forma, inclusivamente com o projeto de ligação à zona industrial já elaborado desde 2020, confirmando-se, mais uma vez, a existência de estratégia e projetos. No que respeita à política de igualdade, questionou, Albergaria-a-Velha tem uma estratégia quantificada neste âmbito, com possibilidade de acesso a financiamentos e com valores e parceiros envolvidos. Mais disse que, em termos de boa governança e transparência, Albergaria-a-Velha é um dos dois municípios portugueses reconhecidos por três entidades europeias, e não só, tendo aprovados planos de boa governança, questionando se há ou não estratégia e um plano neste âmbito. Sobre a estratégia de desenvolvimento económico e fazendo referência às palavras do Membro Municipal, Rui Marques, que referiu ser a partir desta área que economicamente se desenvolve o concelho, se cria qualidade de vida e se resolve o problema social, questionou igualmente se há ou não estratégia. Informou que, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, nos últimos dez anos, a taxa de crescimento do rendimento médio em Albergaria-a-Velha foi de 31%, significando que cresceu três vezes mais do que a região de Aveiro (NUT 3), cenário que não se verificou em Águeda, Aveiro, Ovar ou Estarreja, verificando-se que Albergaria-a-Velha está a crescer duas vezes mais do que a Região Centro, o que indica a existência de estratégia, cujo resultado está à vista. Acrescentou terem sido vendidos treze lotes da zona industrial, e não será apenas a empresa alemã TESTO que surgirá em Albergaria-a-Velha, projetando-se o surgimento de novos investimentos que, conseqüentemente, contribuirão para o aumento do rendimento *per capita*. Neste âmbito, referiu ainda ser importante, ter em conta que a mão-de-obra da zona industrial é, atualmente, mão de obra qualificada, o que é importante para reter talentos, os jovens formados nas universidades, permitindo que os filhos possam ficar em casa. Reiterou que podem acusá-lo de muita coisa, mas não podem acusar este executivo de ausência de estratégia, sabendo o executivo para onde vai, quais os custos envolvidos e tendo tudo quantificado e monitorizado. Continuando, disse que, para este executivo, outro dado estratégico é o aumento do apoio dado às Juntas de Freguesia, recordando que em 2013 foram atribuídos 290.000,00€ às juntas de freguesia, situando-se este valor atualmente nos 866.000,00€, representando o triplo dos recursos. No que

respeita ao apoio às coletividades e associações, informou que o valor atribuído passou de 430.000,00€ para 918.000,00€, o que representa um aumento superior ao dobro e que se reflete num aumento da qualidade de vida. Além do investimento que havia em relação às associações e IPSS, não se verificava este apoio, esclarecendo que ao atribuir estes recursos financeiros às IPSS e associações melhora-se a qualidade de vida dos utentes, não se tratando de duplicar o financiamento às IPSS, mas de lhes proporcionar recursos que lhes permitam prestar um melhor atendimento a quem está nessas IPSS, apoiando, desta forma, as pessoas. No âmbito da estratégia da habitação, clarificou que a aposta não incidiu apenas no investimento na construção, mas essencialmente na criação do regulamento de apoio ao arrendamento, que permitiu dar apoio a mais de 350 famílias, acrescentando que antes do Governo ter criado o regulamento de apoio ao arrendamento, o Município de Albergaria-a-Velha já tinha elaborado este regulamento, que existe já há 10 anos, inclusivamente para incluir as pessoas e distribuí-las por todo o território, não se pretendendo colocar as pessoas mais desfavorecidas todas juntas, mas sim dar oportunidade a todas as pessoas, apoiando-as e possibilitando que sejam todas integradas. Por isso a aposta nas pessoas. Em termos de apoio às famílias, informou que no ano de 2013 o apoio totalizou o montante de 42.000,00€, encontrando-se previsto, em 2025, o montante de 197.000,00€, valor mais de quatro vezes superior. Terminou a sua intervenção, pedindo que não acusem o executivo de falta de estratégia, pois este tem estratégia, sabe para onde vai e os resultados falam por si. -----

Rui Marques – CDS-PP – referiu entender que todas as intervenções apresentadas foram no sentido de ajudar Albergaria-a-Velha, compreendendo-se que cada um defenda as suas opções, fazendo parte do jogo democrático, do jogo político. Recordou que, quando exercia funções de responsabilidade maior, muitas pessoas lhe diziam: “agora é que Albergaria-a-Velha vai crescer porque agora tem estradas”. Nessa altura, respondia que Albergaria-a-Velha sempre teve a Estrada Romana, a Estrada Real, a Estrada Nacional, sempre teve condições rodoviárias extraordinárias, questionando porque não se desenvolveu naquela época, faltando portanto qualquer coisa. Disse que atualmente Albergaria-a-Velha tem, a seu ver, dois problemas: Um verifica-se no âmbito da habitação, que é indiscutível e preocupante, mas que não se restringe a este Concelho, tratando-se de um problema de âmbito nacional, ao ponto de ter sido criado um Ministério para a Habitação, por ser um problema efetivamente grave em todo o país, sobretudo na zona litoral e nas zonas urbanas, porque durante muitos anos a política de habitação foi de estrangulamento. No caso concreto, de Albergaria-a-Velha, o problema nacional é acrescido pelo crescimento significativo da zona industrial, com a vinda de muitos trabalhadores para esta área geográfica, que o mercado da habitação não acompanhou, não só a nível nacional, mas também a nível local. Este será um desafio para os autarcas dos próximos mandatos resolverem da forma mais eficaz que entenderem, possivelmente com mecanismos que provavelmente a Administração Central colocará à disposição dos municípios. O outro problema é o da Saúde, que também não está circunscrito a Albergaria-a-Velha, sendo igualmente um problema de âmbito nacional, que se arrasta há muitos anos e é um problema da Administração Central, relativamente ao qual a Câmara Municipal pouco terá a fazer. Pese embora possa tentar ajudar, tal como fez na altura em que presidiu à autarquia, será sempre um problema que reside nas decisões de Lisboa. -----

Arménio Silva – CDS-PP – lembrou que as freguesias têm também vindo a mudar, pois sendo eminentemente rurais, têm também já uma parte urbana considerável, verificando-se que muitos dos jovens e adultos que vivem nas freguesias não são agricultores, entendendo que os concelhos como o de Albergaria-a-Velha deverão começar a pensar nos seus PDM para que seja possível construir mais em altura, porque os PDM são inibidores, castrando esta possibilidade e o custo aumenta, pelo que poder-se-ia melhorar este cenário, sendo de opinião que este município deverá pensar no seu PDM, analisando a possibilidade de permitir a construção um pouco mais em altura. -----

Eram cerca das 23:54 horas, ausentou-se do Salão Nobre o Membro Municipal Rui Manuel Pereira Marques, do CDS-PP. Estavam presentes, a partir do presente momento, vinte e quatro dos vinte e sete membros da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia Municipal – não havendo mais inscrições, colocou a votação o ponto 5.1. -----

5.1. Orçamento Municipal 2025 (Orçamento, Plano Plurianual Orçamental e Grandes Opções do Plano) -----

Votação: colocado a apreciação e votação, estando presentes vinte e quatro dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor, dos dez Membros Municipais do CDS-PP e dos representantes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e oito abstenções, dos sete Membros Municipais do PPD/PSD e do Membro Municipal do PS, aprovar, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25 do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e ainda atentos ao disposto na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, o Orçamento Municipal para 2025, constituído pelo Orçamento, Plano Plurianual Orçamental e Grandes Opções do Plano, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, em reunião extraordinária de 28 de novembro de 2024. -----

Encontrava-se ausente da Sessão, no momento da votação, o Membro Municipal Rui Manuel Pereira Marques, do CDS-PP, não tendo participado na votação do presente ponto. -----

Eram cerca das 00:00 horas, ausentou-se do Salão Nobre o Membro Municipal Luís Fernando Leal Duarte Oliveira, do PPD/PSD, e o Presidente da Junta de Freguesia de Angeja, Hélder António de Almeida Brandão. Estavam presentes, a partir do presente momento, vinte e dois dos vinte e sete membros da Assembleia Municipal. -----

Eva Nunes – CDS-PP – apresentou uma declaração de voto, a qual dá-se aqui como inteiramente reproduzida para todos os efeitos legais a qual fica anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante (Anexo X – fls. 2). -----

Sara Quinta – PPD/PSD – apresentou uma declaração de voto, a qual dá-se aqui como inteiramente reproduzida para todos os efeitos legais a qual fica anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante (Anexo XI – fls. 1). -----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou que as declarações de voto escritas fossem entregues ou no final da sessão ou nos prazos previstos no Regimento, à Mesa ou Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal. Não havendo mais inscrições, colocou a votação o ponto 5.2. -----

Eram cerca das 00:02 horas, regressaram ao Salão Nobre o Membro Municipal Rui Manuel Pereira Marques, do CDS-PP, o Membro Municipal Luís Fernando Leal Duarte Oliveira, do PPD/PSD, e o

Presidente da Junta de Freguesia de Angeja, Hélder António de Almeida Brandão, pelo que as deliberações que se seguem contaram com a sua participação e votação. Estavam presentes, a partir do presente momento, vinte e cinco dos vinte e sete membros da Assembleia Municipal. -----

5.2. Mapa de Pessoal da Autarquia para 2025 -----

Votação: colocado a apreciação e votação, estando presentes vinte e cinco dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP e dos representantes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e oito abstenções, dos sete Membros Municipais do PPD/PSD e do Membro Municipal do PS, aprovar, nos termos das disposições constantes da alínea o) do n.º 1, do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, na sua atual redação, o Mapa de Pessoal da autarquia para 2025, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, em reunião extraordinária de 28 de novembro de 2024. -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 6 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL E TABELA DE TAXAS, PREÇOS E LICENÇAS – PARTE II, CAPÍTULO IV – CEMITÉRIOS – CEMITÉRIO MUNICIPAL -----

Presidente da Assembleia Municipal – concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, indicando estar disponível para esclarecer os Membros da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto em apreciação. Não havendo inscrições, colocou a votação o ponto 6. -----

Votação: colocado a votação, estando presentes vinte e cinco dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos onze Membros Municipais do CDS-PP, dos sete Membros Municipais do PPD/PSD e dos representantes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e uma abstenção, do Membro Municipal do PS, aprovar, nos termos do disposto da alínea g), do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o projeto de alteração ao Regulamento Municipal e Tabela de Taxas, Preços e Licenças – Parte II, Capítulo IV – Cemitérios – Cemitério Municipal, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 17 de outubro de 2024. -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 7 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ACESSO À HABITAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA -----

Presidente da Assembleia Municipal – deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, indicando estar disponível para esclarecer os Membros da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto em apreciação. Não havendo inscrições, colocou a votação o ponto 7. -----

Votação: colocado a votação, estando presentes vinte e cinco dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos do disposto da alínea g), do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o projeto de Regulamento Municipal de Acesso à Habitação Social do Município de Albergaria-a-Velha, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 07 de novembro de 2024. -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 8 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA NO DIRETOR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALBERGARIA-A-VELHA, A PRODUZIR EFEITOS DE 01.01.2025 A 31.12.2025 -----

Presidente da Assembleia Municipal – indicou que os pontos 8 e 9 poderão ser apreciados em conjunto e votados de forma individual. Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, indicando que o presente ponto e seguinte refletem a continuidade de parceria de trabalho que existe com os dois Agrupamentos de Escolas deste município. -----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto em apreciação. Não havendo inscrições, colocou a votação o ponto 8. -----

Votação: colocado a votação, estando presentes vinte e cinco dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos do disposto da alínea k), do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Albergaria-a-Velha no Diretor do Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha, a produzir efeitos de 01.01.2025 a 31.12.2025, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 07 de novembro de 2024. -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 9 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA NA DIRETORA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA BRANCA, A PRODUZIR EFEITOS DE 01.01.2025 A 31.12.2025

Presidente da Assembleia Municipal – deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, indicando estar disponível para esclarecer os Membros da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto em apreciação. Não havendo inscrições, colocou a votação o ponto 9. -----

Votação: colocado a votação, estando presentes vinte e cinco dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos do disposto da alínea k), do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Albergaria-a-Velha na Diretora do Agrupamento de Escolas da Branca, a produzir efeitos de 01.01.2025 a 31.12.2025, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 07 de novembro de 2024. ----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO, COM CARÁCTER PONTUAL E EXTRAORDINÁRIO, À FREGUESIA DE RIBEIRA DE FRÁGUAS, DESTINADO ÀS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA, NO MONTANTE DE 46.463,67€ -----

Presidente da Assembleia Municipal – deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, indicando estar disponível para esclarecer os Membros da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto em apreciação.-----

Presidente da Junta de Freguesia da Branca – usou da palavra, referindo que a Freguesia de Branca não se sente confortável com uma situação que está a passar, porque a disparidade e a diferença dos valores dos apoios atribuídos entre as freguesias não estão a ser coerentes, sugerindo ao executivo a criação de um regulamento, à semelhança do Contrato de Delegação de Competências, para regulamentar a atribuição de apoios às freguesias, sob pena de serem atribuídas percentagens de apoio totalmente diferentes entre as freguesias, o que não considera correto. Mais disse que a Freguesia de Branca se sente lesada, porque no mesmo ano civil verificou-se uma grande disparidade de valores atribuídos, financeiros e percentuais, entre as freguesias. Indicou que, das obras apresentadas que foram apoiadas, e bem, salientando que o seu voto será favorável a este e a qualquer outro apoio que seja atribuído a outra freguesia, qualquer que seja o apoio extraordinário, a obra que teve o maior custo, que foi submetida a concurso e que foi apoiada por este município, recebeu menos apoio percentual e financeiro. Por este motivo, reiterou entender que a atribuição deste

tipo de apoio carece de um regulamento, no qual deverá estar bem explícito o valor máximo e a percentagem máxima que poderá ser atribuído. -----

Arménio Silva – CDS-PP – informou abdicar do uso da palavra, subscrevendo inteiramente a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Branca, por ser precisamente a sua opinião. ---

Luís Oliveira – PPD/PSD – manifestou o seu apoio à proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Branca, considerando fazer todo o sentido estar regulamentada esta matéria. Referiu que a atual ausência de regulamentação ocorre apenas porque as Freguesias são maioritariamente do CDS-PP, no entanto, verificando-se, mesmo assim, problemas, a melhor solução para evitar esta situação será a criação de um regulamento. -----

Presidente da Assembleia Municipal – não havendo mais inscrições, colocou a votação o ponto 10. -

Votação: colocado a votação, estando presentes vinte e cinco dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos do disposto da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da concessão de apoio financeiro de investimento, com carácter pontual e extraordinário, à Freguesia de Ribeira de Fráguas, no montante de 46.463,67€, para financiamento de 50% das despesas decorrentes com a realização das obras de requalificação do edifício da Junta de Freguesia, em obediência às disposições legais aplicáveis e mediante a exibição de documentos comprovativos da despesa, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 07 de novembro de 2024. ----
O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 11 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA), PARA O ANO 2025 E DELEGAÇÃO NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -----

Presidente da Assembleia Municipal – concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, indicando estar disponível para esclarecer os Membros da Assembleia Municipal.-----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto em apreciação. Não havendo inscrições, colocou a votação o ponto 11. -----

Votação: colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) para o ano 2025 e delegação no Presidente da Câmara Municipal, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, em reunião ordinária de 21 de novembro de 2024: -----

1. a emissão de autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais ou sua reprogramação, durante o ano de 2025, para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1, do artigo 6º da

Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, nos casos seguintes: a) resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos; -----

2. A delegação, no Presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, para o ano de 2025, a competência prevista na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do mesmo diploma legal, nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b), do n.º 1, do art.º 22, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho _ € 99.759,58, bem como a autorização de compromissos plurianuais referentes à inclusão de novos projetos/ações ou à reprogramação de um projeto ou ação (PPI ou PA) que implique uma alteração do montante global da despesa, cujo valor seja inferior àquele montante; -----

A assunção de compromissos plurianuais, incluindo novos projetos de investimento ou sua reprogramação, a coberto de autorização prévia concedida, nos termos do número anterior, só poderá realizar-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser prestada informação, através de listagem, sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida. Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, previamente à eventual celebração de contratos, deverá ser verificada a existência de fundos disponíveis referidos na alínea f) do art.º 3º da mesma lei. Deverão ainda ser observadas as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 12 de junho, na redação atual. – O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS CRITÉRIOS E DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - UNIDADE DE PROJETOS E EMPREITADAS (UPE) -----

Presidente da Assembleia Municipal – informou que os pontos 12, 13, 14, 15 e 16 da presente Ordem do Dia poderão ser apreciados em conjunto, exceto se alguém se opuser a esta metodologia, sendo a sua votação realizada individualmente. Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, indicando estar disponível para esclarecer os Membros da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto em apreciação. -----

Sara Quinta – PPD/PSD – usou da palavra, informando que, no seguimento daquela que foi a tomada de posição deste Grupo Municipal em relação aos pontos 3 e 4 da Ordem do Dia desta sessão, por se considerar que estas são as opções do atual executivo e que provavelmente o PPD/PSD tomaria

diferentes opções, nos pontos 12, 13, 14, 15 e 16 da presente Ordem do Dia o Grupo Municipal do PPD/PSD irá abster-se. -----

Presidente da Assembleia Municipal – não havendo mais inscrições, colocou a votação o ponto 12. -

Votação: colocado a votação, estando presentes vinte e cinco dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP e dos representantes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e oito abstenções, dos sete Membros Municipais do PPD/PSD e do Membro Municipal do PS, aprovar, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 20º e 21º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, conjugado com o n.º 3 do artº 4º e com o n.º 1 do art.º 13, ambos da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, os critérios e designação do júri do procedimento concursal para provimento de Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau - Unidade de Projetos e Empreitadas (UPE), nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 21 de novembro de 2024. O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 13 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS CRITÉRIOS E DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 4.º GRAU - UNIDADE DE GESTÃO URBANÍSTICA (UGU) -----

Presidente da Assembleia Municipal – deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, indicando estar disponível para esclarecer os Membros da Assembleia Municipal.-----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto em apreciação. Não havendo inscrições, colocou a votação o ponto 13. -----

Votação: colocado a votação, estando presentes vinte e cinco dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP e dos representantes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e oito abstenções, dos sete Membros Municipais do PPD/PSD e do Membro Municipal do PS, aprovar, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 20º e 21º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, conjugado com o n.º 3 do artº 4º e com o n.º 1 do art.º 13, ambos da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, os critérios e designação do júri do procedimento concursal para provimento de Cargo de Direção Intermédia de 4.º Grau - Unidade de Gestão Urbanística (UGU), nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 21 de novembro de 2024. ---- O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

Ponto 14 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS CRITÉRIOS E DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 4.º GRAU - UNIDADE DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DE TERRITÓRIO E REABILITAÇÃO URBANA (UPOTRU) -----

Presidente da Assembleia Municipal – deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, indicando estar disponível para esclarecer os Membros da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto em apreciação. Não havendo inscrições, colocou a votação o ponto 14. -----

Votação: colocado a votação, estando presentes vinte e cinco dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP e dos representantes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e oito abstenções, dos sete Membros Municipais do PPD/PSD e do Membro Municipal do PS, aprovar, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 20º e 21º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, conjugado com o n.º 3 do art.º 4º e com o n.º 1 do art.º 13, ambos da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, os critérios e designação do júri do procedimento concursal para provimento de Cargo de Direção Intermédia de 4.º Grau - Unidade de Planeamento, Ordenamento de Território e Reabilitação Urbana (UPOTRU), nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 21 de novembro de 2024. -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 15 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS CRITÉRIOS E DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 4.º GRAU - UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS, EQUIPAMENTOS E VIAS (UOMEV) -----

Presidente da Assembleia Municipal – deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, indicando estar disponível para esclarecer os Membros da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto em apreciação. Não havendo inscrições, colocou a votação o ponto 15. -----

Votação: colocado a votação, estando presentes vinte e cinco dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP e dos representantes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e oito abstenções, dos sete Membros Municipais do PPD/PSD e do Membro Municipal do PS, aprovar, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 20º e 21º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua

atual redação, conjugado com o n.º 3 do art.º 4º e com o n.º 1 do art.º 13, ambos da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, os critérios e designação do júri do procedimento concursal para provimento de Cargo de Direção Intermédia de 4.º Grau - Unidade de Obras Municipais, Equipamentos e Vias (UOMEV), nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 21 de novembro de 2024.-----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 16 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS CRITÉRIOS E JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 4.º GRAU - UNIDADE DE MOBILIDADE, SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (UMSEE) -----

Presidente da Assembleia Municipal – deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, indicando estar disponível para esclarecer os Membros da Assembleia Municipal.-----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto em apreciação. Não havendo inscrições, colocou a votação o ponto 16. -----

Votação: colocado a votação, estando presentes vinte e cinco dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP e dos representantes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e oito abstenções, dos sete Membros Municipais do PPD/PSD e do Membro Municipal do PS, aprovar, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 20º e 21º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, conjugado com o n.º 3 do art.º 4º e com o n.º 1 do art.º 13, ambos da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, os critérios e júri do procedimento concursal para provimento de Cargo de Direção Intermédia de 4.º Grau - Unidade de Mobilidade, Sustentabilidade e Eficiência Energética (UMSEE), nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 21 de novembro de 2024.-----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 17 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO PREÇO CONTRATUAL E RESPETIVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2024 DO CONTRATO N.º 107/2022 - “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EM VÁRIAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS” -----

Presidente da Assembleia Municipal – deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, informando que o presente ponto decorre da lei. -

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto em apreciação. Não havendo inscrições, colocou a votação o ponto 17. -----

Votação: colocado a votação, estando presentes vinte e cinco dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos do art.º 6.º da Portaria n.º 134/2024/1, de 2 de abril, a concessão de autorização para atualização extraordinária do preço contratual do Contrato de “Prestação de serviços de limpeza em várias instalações municipais”, bem como a respetiva repartição de encargos plurianuais para o ano económico de 2024, correspondente aos meses de janeiro a outubro, bem assim da assunção de compromisso para o mesmo ano, decorrentes do aumento da Remuneração Mínima Mensal Garantida, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 17 de outubro de 2024. -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 18 – Apreciação da Listagem de Compromissos Assumidos ao Abrigo da Autorização Prévia Genérica Favorável à Assunção de Compromissos Plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), emitida pela Assembleia Municipal, em sessão ordinária de 30 de novembro de 2023 (ano de 2024), no período compreendido entre 21 de agosto e 13 de novembro de 2024 -----

Presidente da Assembleia Municipal – deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto 18. -----

Presidente da Câmara Municipal – informou estar disponível para os esclarecimentos necessários. --

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou que fossem efetuadas as inscrições para intervir no ponto em apreciação. Não havendo inscrições, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da listagem de compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), emitida pela Assembleia Municipal, na sessão ordinárias de 30 de novembro de 2023 (ano de 2024), no período compreendido entre 21 de agosto e 13 de novembro de 2024. -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 19 – Proposta de aprovação em minuta, para efeitos de imediata executividade, dos pontos 3 a 17 do Edital n.º 49/21-25, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação ---

Presidente da Assembleia Municipal – não havendo inscrições para intervir, colocou o ponto 19 a votação. -----

Votação: colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, para efeitos de imediata exequibilidade, os pontos 3 a 17 do Edital n.º 49/21-25, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

F – 2.º PERÍODO DA INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO (LIMITADO A QUESTÕES CONSTANTES DA ORDEM DO DIA) -----

Presidente da Assembleia Municipal – informou não existirem inscrições para intervenção no 2.º período de intervenção aberto ao Público. -----

Concluída a Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, desejando Boas Festas a todos os Membros da Assembleia Municipal, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Mesa e ao público em geral, desejando ainda um Feliz Ano de 2025, com muita saúde. -----

Presidente da Assembleia Municipal – declarou encerrada a sessão, eram 00:22horas, agradecendo aos Membros da Assembleia Municipal a maneira participada e elevada com que decorreu a sessão. Agradeceu aos colaboradores do serviço de apoio à Assembleia Municipal, pela forma extremamente eficiente, muito mais do que o profissionalismo exige, agradecendo vivamente na pessoa da Iolanda Marques, que coordena estes colaboradores que são de uma entrega total. Agradeceu também às Senhoras Secretárias da Mesa da Assembleia Municipal, pelo trabalho e disposição que permitiram que esta sessão decorresse de maneira fluida e a bem da Assembleia Municipal. Concluiu, desejando um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo, com muita saúde para todos. -----

E para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no número um, do artigo trigésimo segundo do Regimento e vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isabel Maria Rodrigues Andrade, que a redigi. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

A Técnica Superior

Mauro José de Almeida Soares
Isabel Rodrigues



Albergaria-a-Velha, 13 de dezembro de 2024

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha,
Dr. Mário Rui de Almeida Branco,

O Grupo Municipal do CDS-PP de Albergaria-a-Velha vem apresentar o seu Voto de Reconhecimento:

Ao Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha, pela recente inauguração do Centro Tecnológico Especializado (CTE) de tipologia industrial, em funcionamento desde setembro, nas instalações concebidas para essa função pelo Município.

Reconhece-se o Agrupamento de Escolas pela proatividade e assertividade na elaboração da candidatura e na sua implementação, conseguindo integrar a visão e as orientações coordenadas das políticas educativas e formativas, com a visão local e as características do nosso território, cujas projeções de desenvolvimento económico e social constituíram o referencial de base.

O CTE agora inaugurado vem dar um novo impulso à formação e qualificação dos alunos do ensino profissional, com equipamento e condições excelentes de ensino e aprendizagem, sendo fator de atratividade para profissões de relevada importância no tecido industrial em crescimento, pretendendo-se uma eficaz interação com as empresas, abrindo horizontes à presença destas na escola.

Congratula-se a comunidade educativa na pessoa do Exmo. Senhor Diretor, Albérico Vieira, assim como o Município pelo apoio a este projeto no seguimento da aposta na requalificação dos espaços educativos, numa perspetiva de modernização e inovação, apetrechamento tecnológico, assente no Plano de Desenvolvimento Tecnológico da Educação do Município, como é exemplo, também, o CTE na área digital, na Escola de Ensino Profissional Artístico da Jobra.

Pelo grupo Municipal do CDS,




Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha

Sessão Ordinária de Dezembro de 2024

VOTO DE LOUVOR

O Grupo Parlamentar do PSD propõe um Voto de Louvor à ARMAB - Associação Recreativa e Musical Amigos da Branca pelos prémios conquistados no **CIMALTEA** – Certamen Internacional de Bandas de Música Vila d’Altea, que teve lugar na cidade de Altea, em Espanha, no passado dia 7 de dezembro.

Fundada a 3 de março de 1940, a ARMAB tem-se afirmado como uma referência nas várias vertentes que compõem a sua estrutura: a Banda Sinfónica, a Academia de Música, a Orquestra Juvenil, entre outros projetos de relevo.

No ano em que o CIMALTEA celebra o seu 50.º aniversário, a ARMAB foi a banda mais pontuada, alcançando 290 pontos de um máximo de 300 e conquistando o primeiro prémio, igualando a melhor pontuação de sempre neste prestigiado concurso. Esta conquista permitiu-lhe receber a menção honrosa, reconhecendo a excelência da sua participação, sendo este o terceiro primeiro prémio obtido pela ARMAB ao longo das suas três participações no certame, após as edições de 2008 e 2014.

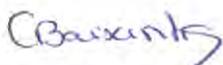
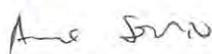
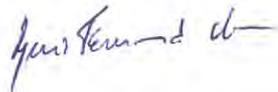
A este feito somam-se ainda as menções honrosas atribuídas ao concertino **Tiago Bento**, na categoria de Melhor Solista, e ao naipe de **Trompas**, destacando-se, assim, as performances individuais e coletivas da banda.

Com esta vitória, a ARMAB assegura um lugar de destaque entre as oito bandas que, ao longo dos 50 anos de história do certame, conquistaram três vezes o primeiro prémio.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do PSD propõe este Voto de Louvor, reconhecendo as conquistas da ARMAB, que continua a ser uma banda de referência a nível nacional e internacional. A sua trajetória de excelência ao longo de tantos anos é motivo de grande orgulho para a freguesia da Branca e para o concelho de Albergaria-a-Velha.

Albergaria-a-Velha, 13 de Dezembro de 2024

O Grupo Parlamentar do PSD





Albergaria-a-Velha, 13 de dezembro de 2024

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha,
Dr. Mário Rui de Almeida Branco,

O Grupo Municipal do CDS-PP de Albergaria-a-Velha vem apresentar o seu Voto de
Congratulações:

À Palbit, S.A. pela atribuição do prestigiado **Prémio de Setor Estratégico**, na 14.^a
edição dos Prémios Exportação & Internacionalização, promovida pelo Novo Banco e
pelo Jornal de Negócios.

Esta distinção traduz, de forma inequívoca, o papel de liderança da Palbit,
determinante para o desenvolvimento sustentável da economia nacional, alicerçado na
excelência e no espírito inovador dos seus quadros.

É com profundo orgulho que vemos uma empresa de Albergaria-a-Velha atingir níveis
de excelência que dignificam não apenas o setor industrial, mas também a nossa
região e o país, projetando Albergaria-a-Velha no cenário internacional.

Pelo grupo Municipal do CDS,



Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha

Sessão Ordinária de Dezembro de 2024

VOTO DE FELICITAÇÕES

O Grupo Parlamentar do PSD propõe um voto de Felicitações pelo 20º Aniversário da Geminação entre a Freguesia de São João De Loure e Frossos e a Vila d'Erstein e pela Renovação Pacto de Amizade entre a Banda Velha União Sanjoanense e a Harmonie Municipale d'Erstein

O Grupo Parlamentar do PSD felicita a Banda Velha União Sanjoanense e a Vila d'Erstein pela celebração do vigésimo aniversário desta notável geminação, que se transformou num símbolo de amizade e fraternidade entre os povos de São João de Loure e Erstein.

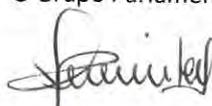
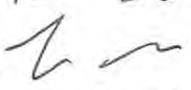
Ao longo de duas décadas, as gentes de São João de Loure e de Erstein construíram uma ligação afetiva única, sendo mais do que um simples intercâmbio cultural, mas antes a representação de uma união entre duas comunidades de países diferentes que se enriquecem mutuamente revelando que, quando há respeito, diálogo e celebração das diferenças, a integração torna-se uma força poderosa de desenvolvimento humano e cultural.

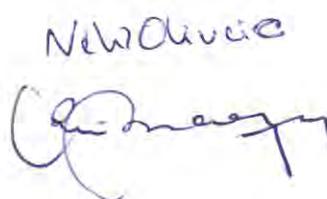
Fazemos votos que o espírito desta Geminação continue a florescer, iluminando novas gerações e encorajando-as a seguir o exemplo de respeito e amizade que São João de Loure e Erstein nos oferecem.

Parabéns aos mentores e prossecutores da Geminação e do "Pacto de Amizade", à Banda Velha União Sanjoanense, à Vila d'Erstein e à Freguesia de São João de Loure e Frossos por este caminho percorrido em conjunto.

Albergaria-a-Velha , 13 de Dezembro de 2024

O Grupo Parlamentar do PSD


João Fernando de Oliveira
Ana Sousa

António


Newaldino

Handwritten initials in blue ink, possibly 'MR' and 'TP'.

Albergaria-a-Velha, 13 de dezembro de 2024

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha,
Dr. Mário Rui de Almeida Branco,

O Grupo Municipal do CDS-PP de Albergaria-a-Velha vem apresentar o seu Voto de Reconhecimento:

À Jobra, grupo Ensemble de jazz, da Art'J, pela atribuição do prémio Lurdes Júdice, na Festa do Jazz, para o Melhor Combo (alunos Pedro Lobo, Luís Campos, Daniel Soares, João Tavares, Pedro Matos e Afonso Guiomar).

No mesmo concurso Pedro Lobo, baterista, conquistou também a distinção como Melhor Instrumentista.

Desta forma o Grupo Municipal do CDS congratula as conquistas mencionadas que muito honram e dignificam a Instituição e o Concelho de Albergaria-a-Velha.

Pelo grupo Municipal do CDS,

Handwritten signature in black ink.



M
JF

Albergaria-a-Velha, 13 de dezembro de 2024

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha,
Dr. Mário Rui de Almeida Branco,

O Grupo Municipal do CDS-PP de Albergaria-a-Velha vem apresentar o seu Voto de Reconhecimento:

Ao Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha, pelo honroso prémio na categoria Melhor Design Gráfico, atribuído ao jornal escolar Sinopse, no concurso nacional de jornais escolares promovido pelo Jornal Público "Público na Escola".

Estão de parabéns os alunos e os professores que se dedicam a conceber e a promover o jornal escolar Sinopse, contribuindo ativamente para a aumento do espírito participativo das sucessivas gerações de alunos.

Pelo grupo Municipal do CDS,

A handwritten signature in black ink, consisting of several stylized, overlapping loops and lines.



A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'M. Rui', located in the upper right corner of the page.

Albergaria-a-Velha, 13 de dezembro de 2024

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha,
Dr. Mário Rui de Almeida Branco,

O Grupo Municipal do CDS-PP de Albergaria-a-Velha vem apresentar o seu Voto de Reconhecimento:

Ao Agrupamento de Escolas de Branca por ter obtido o honroso 2º lugar, no concurso promovido pelo Jornal Público "Público na Escola", na categoria **Melhor Jornal de Agrupamento** com o prestigiado **Escrita Irrequieta**.

Estão de parabéns alunos e professores que mantêm a atividade e qualidade deste jornal escolar, contribuindo ativamente para a aumento do espírito participativo das sucessivas gerações de alunos.

Pelo grupo Municipal do CDS,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'M. Rui', located at the bottom of the page.

M
I.P.

Albergaria-a-Velha, 13 de dezembro de 2024

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha,
Dr. Mário Rui de Almeida Branco,

O Grupo Municipal do CDS-PP de Albergaria-a-Velha vem apresentar o seu Voto de Congratulações, pela atribuição do Prestigiado Estatuto de PME Excelência 2023, a 16 empresas do Concelho.

Este título atribuído a pequenas e médias empresas (PMEs) que demonstram um desempenho excepcional em Portugal, reconhece empresas que se destacam pela solidez financeira, capacidade de gestão, inovação e competitividade nos seus setores, tendo, em 2023 sido atribuído às seguintes empresas do Concelho de Albergaria-a-Velha:

Agrofontes - Sociedade Comercial de Produtos para a Agricultura, Lda.

Albicalor - Equipamentos para Energias Alternativas, Lda.

Almeida & Gomes - Metalomecânica, Lda.

Brankinox, Unip., Lda.

Casa Rola, Lda.

Catarina Maria Martins Oliveira, Unip., Lda.

Duravit - Comércio e Equipamento Industrial, Lda.

Grupel - Grupos Electrogéneos, S.A.

Larus - Artigos para Construção e Equipamentos, Lda.

Madeibranca- Comércio de Derivados de Madeira, Lda.

Marques, Silva & Pereira, Lda.

M
P

MetalFaj - Indústria Metalúrgica, Lda.

Portopal - Madeiras e Derivados, S.A.

Transfialense, S.A.

Urbiplantec - Urbanizações e Terraplanagens, Lda.

Versão Adequada, Lda.

Congratulamos ainda as 48 empresas do concelho que foram distinguidas com o Estatuto PME Líder, atribuído anualmente às empresas que apresentam um desempenho superior, boa saúde financeira e estratégias de negócio sustentáveis.

É pois, com profundo orgulho que vemos as empresas de Albergaria-a-Velha atingir tão elevados níveis de excelência que dignificam não apenas o setor empresarial, mas também o nosso Concelho.

Pelo grupo Municipal do CDS,





M
F.

PARTIDO SOCIALISTA

DECLARAÇÃO DE VOTO

Na sequência da decisão tomada pelo CDS, na Assembleia de Setembro, para a eleição dos representantes na CPCJ, o Partido Socialista decidiu, a partir daquela data, abster-se ou votar contra todas as propostas apresentadas pelo partido referido, sejam elas de Congratulação, Louvor, Pesar etc, etc. nunca colocando em causa quer as Pessoas, quer as Entidades sobre as quais recaia o voto.

Partido Socialista, Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, 13 de dezembro de 2024

Firmino Ruas Mendes
Deputado Municipal

M
J.

Albergaria-a-Velha, 13 de dezembro de 2024

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha,

Dr. Mário Rui de Almeida Branco,

O Grupo Municipal do CDS-PP da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha vem apresentar a sua declaração de voto:

O Grupo Municipal do CDS apoia e vota a favor o Orçamento Municipal para 2025 (Orçamento, Plano Plurianual Orçamental e Grandes Opções do Plano).

Os documentos demonstram uma gestão financeira sustentada e sustentável, recorrendo a diversas fontes de financiamento, nomeadamente ao Quadro Comunitário Portugal 2030, com projetos financiados pelo PRR (em especial no âmbito da transferência de competências na Educação, Saúde e Habitação).

As Grandes Opções do Plano assentam em 5 eixos centrais para a boa governança com os quais nos revemos, dando continuidade ao trabalho desenvolvido nos últimos anos.

- O Desenvolvimento Económico, Emprego, Atratividade do Concelho de Albergaria-a-Velha, no qual salientamos a aposta na Estratégia para o Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico de Albergaria-a-Velha - ALBERGARIA 2030, irá permitir a consolidação, crescimento e desenvolvimento do Concelho durante os próximos anos, apoiada pela execução da estratégia de desenvolvimento empresarial, sob o mote "Investir em Albergaria", em especial na Zona Industrial.

É com agrado que registamos que já se encontram lavradas 13 escrituras referentes aos lotes do novo arruamento da Zona Industrial, perspetivando-se para breve a instalação de novas empresas e conseqüente aumento da oferta de emprego.

Efetivamente, a dinâmica económica e empresarial do Concelho é muito saudável. Um dado que reflete esta dinâmica são as honrosas 16 distinções de PME de Excelência e 48 distinções PME Líder atribuídas a empresas do concelho, um número bastante significativo atendendo à realidade demográfica. Segundo dados do Informa DB, entre 2014 e 2022, o número de empregados ao serviço das empresas cresceu 18,7%, o número de empresas aumentou 22% e, ainda no mesmo período, o volume de negócio destas empresas cresceu 49% (de 956M€ para 1.431M€)

- No eixo da Ação Social, Educação, Saúde e Habitação, salientamos a Requalificação e inovação do Parque Escolar, nomeadamente, na implementação e funcionamento dos Centros Tecnológicos Especializados, ajustada ao contexto industrial do Concelho.

É, também, importante assinalar a continuidade na aposta no Programa Municipal de Desenvolvimento Tecnológico na Educação, permitindo aos estabelecimentos de educação e ensino adaptarem-se tecnologicamente às exigências educativas atuais.

No saúde, salientamos os investimentos feitos, a conclusão da construção da nova Unidade de Saúde - USF Beira Vouga, dentro do prazo previsto, e a conclusão das obras de requalificação do Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha, fundamentais para a prestação de cuidados de saúde à população.

Na habitação salienta-se o facto da Estratégia Local de Habitação para o Município ter partido da identificação e caracterização da carência habitacional e englobar, atualmente, um conjunto de ações de reabilitação e construção, com financiamento que ascende a mais de quatro milhões de euros, com concursos públicos já lançados em 2024.

Ainda neste domínio, importa salientar a manutenção do programa de Apoio ao Arrendamento Urbano para Fins Habitacionais, considerando a necessidade de apoiar agregados familiares em situação de carência habitacional decorrente de fatores sociais



pontuais, tendo este apoio ultrapassado os 300 000 € em benefício de 340 famílias, em conformidade com os objetivos da Carta Municipal da Habitação.

No âmbito da promoção da coesão social e territorial, sublinhamos a manutenção de uma baixa carga fiscal sobre as famílias e empresas, deixando do lado das famílias e empresas mais de 12 (doze) milhões e meio de euros, nos últimos 11 anos.

Mantém-se, de igual modo, um conjunto importante de apoios direcionados aos mais desfavorecidos, coletividades, IPSS e instituições do concelho, importante complemento à atividade cultural, social e desportiva do concelho.

- No ambiente, mobilidade e sustentabilidade, o orçamento expressa o contínuo investimento em projetos e programas direcionados à valorização do património ambiental do concelho, no incentivo a hábitos e modos de vida mais saudáveis e sustentáveis, nomeadamente, através da promoção da mobilidade suave e no tratamento e reaproveitamento de resíduos.

Em suma, este orçamento evidencia um conjunto de projetos e investimentos estratégicos, que configuram os principais desafios e prioridades para os próximos anos no Concelho, visando a qualidade de vida das pessoas, a atração de investimento, o desenvolvimento sustentável, a promoção da justiça social e a igualdade de oportunidades.

O investimento global é, comparativamente ao ano transato, significativamente superior, situação que revela vitalidade e capacidade de investimento.

Pelo Grupo Municipal do CDS,





Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha

Sessão Ordinária de Dezembro de 2024

DECLARAÇÃO DE VOTO

PONTO 5 – Apreciação e votação do 5.1 Orçamento Municipal 2025 (Orçamento, Plano Plurianual Orçamental e Grandes Opções do Plano); 5.2 Mapa de Pessoal da Autarquia para 2025

O Grupo Municipal do PSD vem abster na votação do ponto supra identificado.

A análise do Orçamento Municipal para 2025 coloca-nos perante um conjunto de desafios e incertezas financeiras que merecem a nossa maior atenção e responsabilidade.

Após uma análise rigorosa, a posição de abstenção reflete o seguinte entendimento:

Desequilíbrios financeiros persistentes: O orçamento apresentado evidencia, mais uma vez, um saldo global negativo de -641.627 euros, somando-se a anos consecutivos de resultados deficitários. Este facto demonstra uma gestão financeira preocupante, que carece de uma estratégia clara para inverter a tendência e assegurar a sustentabilidade orçamental.

Receitas de capital pouco fiáveis: A previsão de receitas provenientes da venda de bens de investimento continua a demonstrar-se irrealista. A baixa taxa de concretização em 2024, agravada pelo anúncio de que muitas empresas não realizarão os investimentos previstos na zona industrial, levanta sérias dúvidas sobre a exequibilidade destas metas.

Inconsistências nas previsões de despesa: A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços apresenta uma projeção para 2025 inferior ao valor previsto executar em 2024, num contexto de inflação crescente e aumento de custos operacionais. Tal discrepância compromete a fiabilidade dos números apresentados e enfraquece a confiança na gestão orçamental.

Falta de ambição estratégica: Este orçamento continua a refletir uma gestão que privilegia ações de curto prazo e não apresenta soluções estruturais para problemas antigos, como a ausência de um parque verde, a requalificação da estação ferroviária ou uma estratégia sólida para tornar Albergaria-a-Velha mais competitiva face aos concelhos vizinhos.

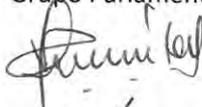
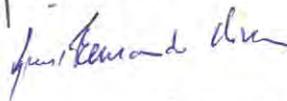
A nossa abstenção não significa que concordamos com este orçamento. Significa que não podemos ignorar as falhas estruturais e a falta de ambição que este documento traduz. Contudo, compreendemos que a gestão do município necessita de ferramentas para operar e cumprir as suas funções essenciais em 2025.

Reiteramos que a aprovação deste orçamento não nos exime de continuar a exercer uma fiscalização rigorosa e construtiva ao longo do próximo ano, com o intuito de assegurar que os recursos públicos são geridos com transparência, eficiência e em prol do bem-estar dos cidadãos.

Albergaria merece mais.

Albergaria-a-Velha , 13 de Dezembro de 2024

Grupo Parlamentar do PSD



António Luís

C. Baixo
Nelson Oliveira
